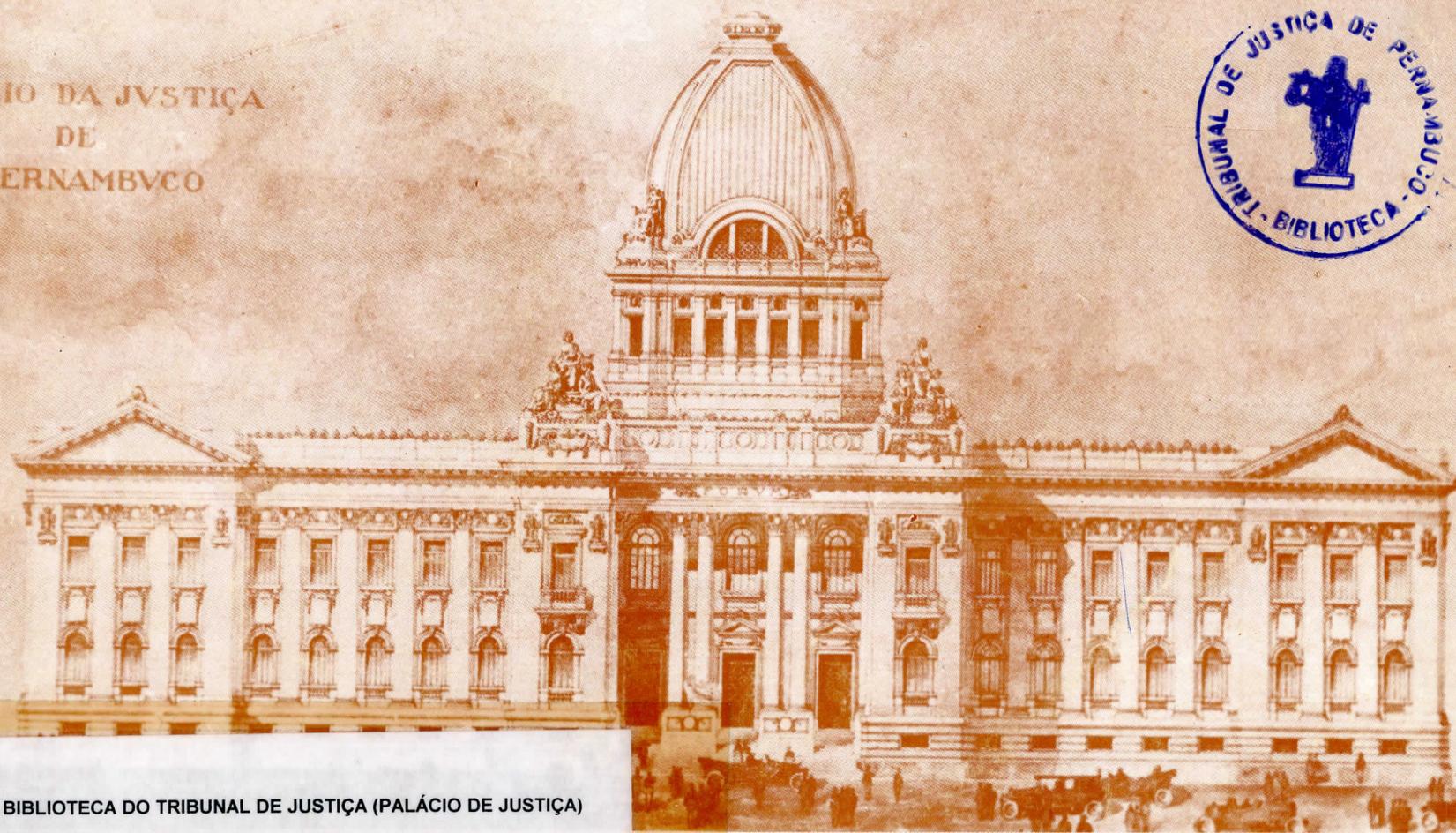




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO RELATÓRIO

PALACIO DA JUSTIÇA
DE
PERNAMBUCO



BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PALÁCIO DE JUSTIÇA)

1.4197(PE)

52r

89

.2



Pernambuco. Tribunal de Justiça
(RB=5088) Relatório Biênio 1988-1989

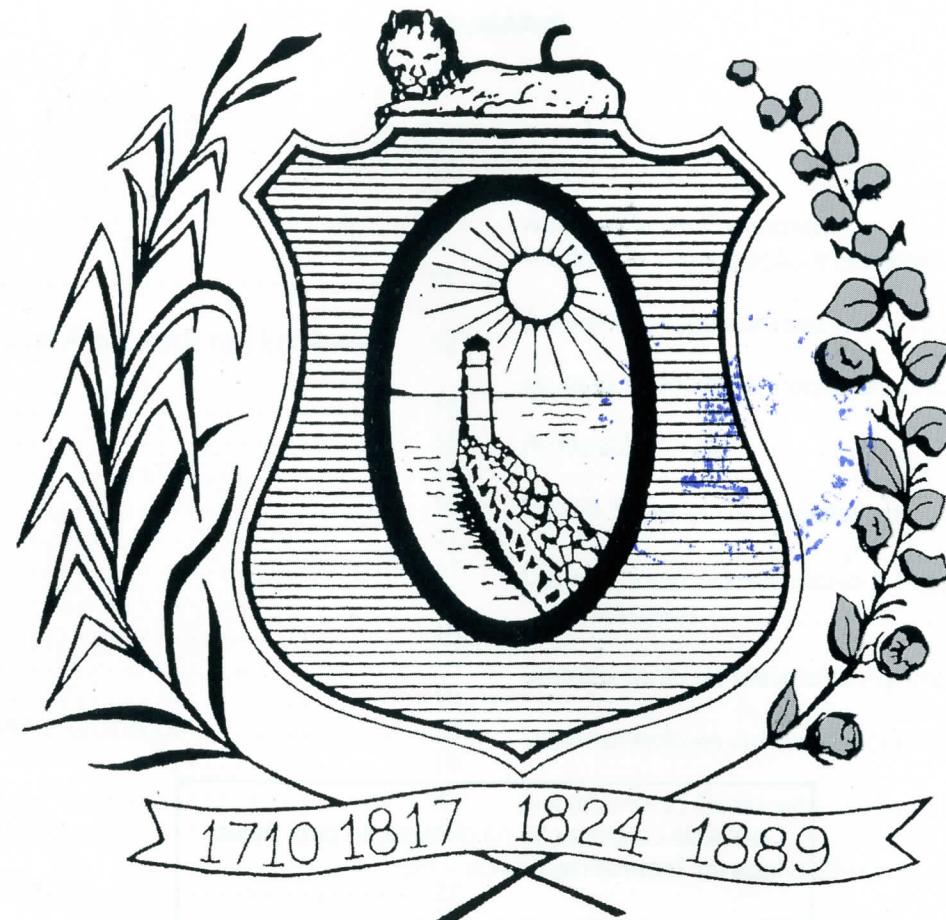
L04659

341.4197(PE) P452r 1989ex. 02

1988 – 1989

dupl.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



RELATÓRIO

dos trabalhos realizados no biênio 1988/89 e apresentado pelo Desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.



Dados de catalogação na publicação pela Biblioteca do Tribunal de Justiça – PE

Pernambuco. **Tribunal de Justiça**

Relatório biênio 1988/1989 – Recife: Gráfica Apipucos, 1989,

1. Relatório: Tribunal de Justiça – PE
I. Título. CDD-354.81

Tribunal de Justiça de Pernambuco	
BIBLIOTECÁRIA	
Data	Registro
09.02.04	57-2004

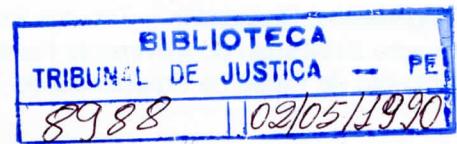
TJPE - BIBLIOTECA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO BIÊNIO 1988 – 1989

SUMÁRIO

	Pág.		Pág.
Apresentação	07	Assessoria do Cerimonial	31
Composição do Tribunal	11	Núcleo de Organização e Sistemas	33
Lista de Juízes de Direito sob o critério de Antigüidade nas Entrâncias	12	Conselho da Magistratura	35
Gabinete da Presidência.....	15	Juizado Especial de Pequenas Causas	36
– Visitas recebidas	15	Ambulatório	38
– Audiências	16	Escola Superior da Magistratura	39
– Condecorações	16	Departamento Administrativo e Pessoal	41
– Recepção de Autoridades	17	– Biblioteca	43
– Palestras proferidas	17	Departamento de Material e Patrimônio	44
– Viagens realizadas	17	Departamento de Jurisprudência e Publicações	45
– Fóruns inaugurados	17	Departamento Financeiro	45
– Comarcas instaladas	18	Departamento Judiciário Cível	48
– Instalações de Varas	18	Departamento Judiciário Criminal	53
– Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários	18	Feitos processados no Tribunal	55
– Obras realizadas	19	Julgamentos Realizados – Tribunal Pleno	56
– Chefia de Gabinete	25	Quadro Estatístico do Movimento Forense no Estado	57
– Coordenação de Recursos Humanos	25	Discurso de Posse na Presidência do TJPE	58
Participação em eventos/viagens técnicas	27		
Secretaria do Tribunal	29		
Assistência Policial Militar	29		
Assessoria de Imprensa	29		
Assessoria Judiciária	31		



APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Desembargadores:

Segundo a esteira da lei natural da existência das instituições humanas temos concluído hoje mais uma etapa do curso da vida desta Alta Corte de Justiça, que, num constante e denodado esforço, tem procurado atingir a sua destinação institucional e histórica, servindo à lei e à causa da justiça ao assegurar paz e esperança àqueles que batem às suas portas.

Sem o intuito de obter o reconhecimento público e a outorga de qualquer título de benemerência, com a exibição das cicatrizes existentes no corpo, em decorrência das lutas em defesa da Pátria, como era do ritual adotado na velha Roma e que fora, de maneira orgulhosa, repelido pelo grande e nobre guerreiro **CORIOLANO**, segundo o relato literário e genial de **SHAKESPEARE**, mas, única e exclusivamente, para atender exigência que me é imposta pelo art. 25, XXX, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970), apresento a Vossas Excelências o presente relatório de meus trabalhos e do estado da administração da Justiça, acompanhado de mapa da estatística judiciária do Estado.

Ao assumir a chefia desta egrégia Casa encontrei uma administração excessivamente centralizada, atribuindo-se à Presidência um acervo de atividades que jamais poderiam ser, com êxito, cumpridas por qualquer ser humano, ainda que dotado das mais peregrinas qualidades e movido pelo mais intenso esforço.

Procurei, em sessão memorável, sensibilizar o espírito público de Vossas Excelências, no sentido de que se criasse, entre outros, mais um cargo de Desembargador, para exercer, com exclusividade, funções administrativas e que viesse auxiliar à Presidência. Não logrei a necessária aprovação da ilustre maioria, talvez devido ao meu fraco poder de argumentar.

Para cumprir as metas administrativas traçadas, necessárias e expressas no meu discurso de posse, pela inspiração divina, segui o conselho que Jetro, sogro de Moisés, deu-lhe ao visitá-lo no deserto e que se acha nas Sagradas Letras, no livro *Êxodo*, capítulo 18, versículos 21-22, assim expressos:

"Procura dentre o povo homens capazes, tementes a Deus, homens

de verdade, que aborreçam a avareza; põe-nos sobre eles por chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinqüenta e chefes de dez";

"para que julguem este povo em todo o tempo. Toda causa grave trarão a ti, mas toda causa pequena eles mesmo julgarão; será assim mais fácil para ti, e eles levarão a carga contigo".

Foi assim que organizei as várias coordenadorias: de recurso humano, de informática, de juizados de pequenas causas e, por derradeiro, do ambulatório médico-odontológico. Instalei condignamente todas as assessorias administrativas, reestruturando-as: de ceremonial, de imprensa, de segurança e técnica e dei-lhes todo o instrumental moderno e necessário para operarem com eficiência.

O resultado de tudo tem sido divulgado pela imprensa falada, televisionada e escrita e pela opinião pública, transmitida de ouvido a ouvido.

Agora, de maneira mais detalhada, apresento-lhes pela palavra escrita, nos tópicos que se seguem, o universo das realizações introduzidas e dos problemas crônicos que procurei solucionar e que vinham tornando anacrônico todo o aparelho judiciário, muitos dos quais documentados através de fotografias.

Muito mais poderia ter sido feito se tivesse obtido o apoio maciço de Vossas Excelências, ou, pelo menos um pouco mais, se não tivesse que suportar algumas resistências desgastantes.

A despeito de tudo, não perdi a fé, que considero como a certeza das cousas que se esperam, como a convicção dos fatos que se não vêem (*Hebreus 11:1*) e nesse apagar de luzes, como o grande apóstolo dos gentios, poderia a plenos pulmões proclamar:

"Combatí o bom combate, completei a carreira, guardei a fé". (2 *Timóteo*, 4:7).

Tudo, absolutamente tudo, que me determinei a fazer e que no discurso de posse registrei, com a graça de Deus, foi feito. (Vide discurso no final transscrito).

Passo ao meu sucessor a chefia do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, na certeza de que encerrei uma fase e dei início a outra, que se caracteriza pela modernização, racionalização de seus serviços e constante preocupação de bem servir à sociedade e ao povo.

O cântico de louvor a Deus em linguagem poética expresso pelo salmista deve ser sempre repetido:

"O Senhor é meu pastor; nada me faltará,

Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranqüilas.

Refrigera a minha alma; guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome.

Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque tu estás comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam.

Preparas uma mesa perante mim na presença de meus inimigos, unges a minha cabeça com óleo, o meu cálice transborda.

Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida e habitarei na casa do Senhor por longos dias".

Recife, 01 de fevereiro de 1990.

MAURO JÓRDÃO DE VASCONCELOS

MESA DIRETORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Vice-Presidente
Des. João David de Souza Filho



Presidente
Des. Mauro Jordão de Vasconcelos



Corregedor Geral
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE - BIBLIOTECA

A Composição do Tribunal, no biênio, foi modificada em decorrência da aposentadoria do Desembargador Hermes Parahyba Júnior, substituído pelo Desembargador Etério Ramos Galvão Filho, em face da sua promoção pelo critério de merecimento.

Ao término de 1989, era assim composto o Tribunal de Justiça:

Tribunal Pleno

Des. Mauro Jordão de Vasconcelos – Presidente
Des. João David de Souza Filho – Vice-Presidente
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho – Corregedor Geral
Des. Nelson Pereira de Arruda
Des. Otílio Neiva Coêlho
Des. Geraldo Magela Dantas Campos
Des. Pedro Ribeiro Malta
Des. Gabriel Lucena Cavalcanti
Des. Benildes de Souza Ribeiro
Des. Cláudio Américo de Miranda
Des. Demórcito Ramos Reinaldo
Des. Luiz Belém de Alencar
Des. Waldemir de Oliveira Lins
Des. Antônio de Brito Alves
Des. Etério Ramos Galvão Filho

Primeira Câmara Cível

Des. Pedro Ribeiro Malta – Presidente
Des. Benildes de Souza Ribeiro
Des. Demórcito Ramos Reinaldo
Des. Etério Ramos Galvão Filho

Segunda Câmara Cível

Des. Gabriel Lucena Cavalcanti – Presidente
Des. Cláudio Américo de Miranda

Des. Waldemir de Oliveira Lins
Des. Luiz Belém de Alencar

Seção Cível

Des. Pedro Ribeiro Malta – Presidente
Des. Gabriel Lucena Cavalcanti
Des. Benildes de Souza Ribeiro
Des. Cláudio Américo de Miranda
Des. Demórcito Ramos Reinaldo
Des. Etério Ramos Galvão Filho
Des. Waldemir de Oliveira Lins
Des. Luiz Belém de Alencar

Câmara Criminal

Des. João David de Souza Filho – Presidente
Des. Nelson Pereira de Arruda
Des. Otílio Neiva Coêlho
Des. Geraldo Magela Dantas Campos
Des. Antônio de Brito Alves

Seção Criminal

Des. João David de Souza Filho – Presidente
Des. Nelson Pereira de Arruda
Des. Otílio Neiva Coêlho
Des. Geraldo Magela Dantas Campos
Des. Antônio de Brito Alves

**JUÍZES DE DIREITO SOB O CRITÉRIO DE
ANTIGÜIDADE NAS ENTRÂNCIAS**

1^a ENTRÂNCIA

NOME	COMARCA	NOME	COMARCA
Bel. Eurico Lopes de Andrade	Pedra	Bel. Wlademir Alves e Silva	Tacaratu
Bel. Severino Coutinho da Silva	Buíque	Bel. Délia Lustosa Cantarelli	Agrestina
Bel. José Roberto de Oliveira	Toritama	Bel. Alexandre Guedes A. Assunção	Taquaritinga do Norte
Bel. Armando Tavares da Silva	Araripina	Bel. José Machado de Azevedo	São Bento do Una
Bel. Edson Costa Coelho	Brejo da Madre de Deus	Bela. Maria Aparecida Dias Costa	Venturosa
Bel. Agnaldo Esteves da S. Filho	Capoeiras	Bel. Ricardo de Oliveira P. Barreto	Cupira
Bel. Márcio Fernando de A. Silva	Rio Formoso	Bel. Odilon de Oliveira Neto	Flores
Bel. Francisco de C. S. Gueiros Filho	São João	Bel. Emiliano Eustáquio da Silva	Salgueiro
Bel. Antonio de Jesus C. da Costa	Santa Cruz do Capibaribe	Bel. Frederico Guilherme R. de Lima	Sirinhaém
Bel. Germano Gladstone de O. Japiassu	Macaparana	Bel. Luiz Gustavo M. de Araújo	Custódia
Bel. Antonio Francisco Cintra	Orobó	Bel. Marco Aurélio dos Anjos Lopes	João Alfredo
Bel. Carlos Augusto de A. Barros	Vicência	Bel. Aubry de Lima Barros Filho	Serrita
Bel. Eriberto Chianca	Palmeirina	Bel. Sandoval José de Assis e Silva	Jurema
Bel. Évio Marques da Silva	Riacho das Almas	Bel. Heriberto Carvalho Galvão	Cumaru
Bel. André Oliveira da S. Guimarães	Sanharó	Bel. Antonio Carlos Alves da Silva	Santa Maria da Boa Vista
Bel. Carlos Alberto B. Pessanha	Condado	Bel. José Severino Barbosa	Quipapá
Bel. Rosalvo Maia Soares	Itapetim	Bel. Rinaldo Adilson de Souza	Carnaíba
Bel. Rajmundo Nonato de S. B. Filho	Lagoa dos Gatos	Bel. Mauro Alencar de Barros	Tabira
Bel. Nailton Max de Brito e Silva	Aliança	Bel. José Caubi Arraes Bandeira	Ibimirim
Bel. Antonio Floriano da Silva Filho	São Joaquim do Monte	Bel. Danilo Galvão Martiniano Lins	Betânia
Bel. Cleodon Eleno dos Santos	Cachoeirinha	Bel. Antonio Vital de Moraes	Gameleira
Bel. Virgínio Marques Carneiro Leão	Joaquim Nabuco	Bel. Paulo Torres Pereira da Silva	Verdejante
Bel. Eurico de Barros Correia Filho	Capoeiras	Bel. José Nunes Siqueira	Floresta
Bel. André Rui de Andrade Albuquerque	Lajedo	Bel. Reginaldo Alves de Andrade	Exu
Bela. Maria de Fátima G. L. de Almeida	Poção	Bel. Ailton Soares Pereira Lima	Triunfo
Bel. Joaquim Pereira Lafayette Neto	Agrestina	Bel. Djalma Andrelino Nogueira Júnior	Parnamirim
Bel. Airton Mozart V. Vieira Pires	Amaraji	Bel. João Batista Lustosa da Costa	Águas Belas
Bel. Ruy Trezena Patu Júnior	Belém do São Francisco	Bel. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes	Itamaracá
		TOTAL = 56 Magistrados	

2ª ENTRÂNCIA

TJPE - BIBLIOTECA

NOME

Bel. José Carneiro de F. Souza
 Bel. André de Andrade Albuquerque
 Bel. Demóstenes Batista Veras
 Bel. Gilberto da Silva
 Bel. José Maria de Carvalho
 Bel. José Rabelo da A. Pimenta
 Bel. Walter Gomes de Mello
 Bel. Alexandre Gadelha M. de Moura
 Bel. Gil Buarque da Fonseca
 Bel. José Alves de Queiroz
 Bel. Pedro Coutinho de Almeida
 Bel. Nilvan Alves Macena
 Bel. Antonio Medeiros de Souza
 Bel. José Nunes Costa
 Bel. Nicolau L. Lopes da S. Neto
 Bel. Clóris Guimarães Ribeiro
 Bel. Marcos Miguel de F. Silva
 Bel. Lindolfo Cabral Pimentel
 Bel. Jackson Borges de Araújo
 Bel. Waldemir Pinheiro Banja
 Bel. José Carlos Patriota Malta
 Bel. Bartolomeu Bueno de F. Morais
 Bel. Ives Miranda Mayal
 Bel. Antonio Fernando de A. Martins
 Bel. Nivaldo M. de M. Correia Filho
 Bel. Marcos Antonio T. de Albuquerque
 Bel. Flávio Pessoa de Souto Maior
 Bel. Romão Ulisses Sampaio
 Bel. Cladisson Ferreira Pinto
 Bel. José Valdmir de O. Chaves
 Bel. Sílvio Roberto P. de Resende
 Bel. Josué Antonio Fonseca de Sena
 Bel. Solon Otávio de Franca
 Bel. Max Medeiros

COMARCA

Caruaru (2ª Vara Cível)
 Limoeiro (1ª Vara)
 Caruaru (3ª Vara Cível)
 Ribeirão
 Caruaru (1ª Vara Criminal)
 Bonito
 São L. da Mata (1ª Vara)
 Olinda (2ª Vara Cível)
 Garanhuns (1ª Vara)
 São L. da Mata (3ª V. Cível)
 Pesqueira
 Catende
 Garanhuns (1ª V. Criminal)
 Cabo (3ª Vara Cível)
 Arcoverde (1ª Vara)
 Jaboatão (3ª Vara Cível)
 Água Preta
 Belo Jardim
 Petrolina (2ª Vara Cível)
 Jaboatão (2ª Vara Cível)
 Cabo (2ª Vara)
 Olinda (2ª V. Criminal)
 Altinho
 Limoeiro (2ª Vara)
 Jaboatão (1ª V. Criminal)
 Paudalho
 Gravatá
 Ouricuri
 Caruaru (3ª Vara Cível)
 Carpina
 Nazaré da Mata
 Barreiros
 Caruaru (4ª Vara Cível)
 Petrolina (1ª Vara Criminal)

NOME

Bel. Alfredo Sérgio M. Jambo
 Bel. Fausto de Castro Campos
 Bel. Lenivaldo Izídio de Sena
 Bel. Fernando Rodrigues Beltrão
 Bel. Gerson Venâncio de Carvalho
 Bel. Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
 Bel. Frederico Ricardo de A. Neves
 Bel. Emmanuel Santos Júnior
 Bel. Cláudio Jean Nogueira Virgílio
 Bel. Francisco Manoel T. dos Santos
 Bel. José Alexandre de V. Aquino
 Bel. Wellington Gadelha de Freitas
 Bel. Roberto da Silva Maia
 Bel. Gualter Carlos de A. Neto
 Bel. Marclílio Duque Cavalcanti
 Bel. José Ivo de P. Guimarães
 Bel. Alcides Déricles Caminha
 Bel. Evani Estevão de Barros
 Bel. Evanderli Félix da Costa
 Bel. Celmilo José E. Gusmão
 Bel. Carlos Alberto M. de Oliveira
 Bel. Antonio de Vasconcelos Silva
 Bel. José Malta de Sá Júnior
 Bel. Rafael M. da Cunha Cavalcanti
 Bel. Severino Tenório Pinto
 Bel. Manoel Barros de Freitas
 Bel. José Pereira Lemos
 Bel. Waldério Siqueira Vasconcelos
 Bel. Sérgio Marinho Falcão
 Bel. José Viana U. Filho
 Bel. Paulo Romero de Sá Araújo
 Bel. Eudes dos Prazeres França
 Bel. Paulo Roberto Alves da Silva

COMARCA

Vitória de S. Antão (1ª Vara)
 Caruaru (2ª Vara Criminal)
 Caruaru (5ª Vara Cível)
 São L. da Mata (2ª V. Cível)
 Garanhuns (2ª Vara Cível)
 Glória do Goitá
 Olinda (2ª Vara Cível)
 Caruaru-Vara da Ass. Judic.
 Jaboatão (2ª Vara Criminal)
 Bom Conselho
 Igarassu
 Paulista (2ª Vara Cível)
 Substituto
 Limoeiro (1ª Vara)
 Olinda (1ª Vara Cível)
 Jaboatão (1ª Vara Cível)
 Paulista (1ª Vara Cível)
 Palmares (1ª Vara)
 Bezerros
 Caruaru-Vara Assis. Judic.
 Goiana (2ª Vara)
 São Caetano
 Itambé
 Goiana (1ª Vara)
 Canhotinho
 Sertânia
 Surubim
 Olinda (1ª Vara Criminal)
 Jaboatão (2ª Vara Cível)
 Bom Jardim
 Escada
 Vertentes
 São José do Egito

TOTAL = 67 Magistrados

3^a ENTRÂNCIA

NOME

Bel. José Martins de Souza Leão
 Bel. José Tenório de Cerqueira
 Bel. Francisco de Sá Sampaio
 Bel. Nildo Nery dos Santos
 Bel. Agenor Ferreira de Lima
 Bel. Itamar Pereira da Silva
 Bel. José Napoleão Tavares de Oliveira
 Bel. Gilberto Augusto C. Gondim
 Bel. Edgar Sobreira de Moura
 Bel. Geraldo de Souza Valença
 Bel. Manoel da Santa Cruz Valadares
 Bel. Aluiz Tenório de Brito
 Bel. Manoel Rafael Neto
 Bel. Célio de Castro Montenegro
 Bel. Hélio Barros Siqueira Campos
 Bel. Antonio Lira Souza
 Bel. Valdir Barbosa
 Bel. José Maria Florentino de Lima
 Bel. Mário Alves de Souza Melo
 Bel. Leduar Monteiro Cavalcanti
 Bel. Ozael Rodrigues Veloso
 Bel. José de Oliveira Lima Filho
 Bel. Hélio Nelson Holmes Lins
 Bel. José Antonio Amorim
 Bel. Amaro José de Araújo
 Bel. José Antonio Macedo Malta
 Bel. Joaquim Rodrigues de Castro
 Bel. Antonio de Pádua C. Camarotti
 Bel. Sebastião Romildo V. de Oliveira
 Bel. Ed-Ek Gonçalves Lopes
 Bel. Anthenor Barreto da R. P. Beleza
 Bel. Ivonaldo Pereira de Miranda
 Bel. João Corte Magalhães
 Bel. Márcio de Albuquerque Xavier
 Bel. Jones Figueiredo Alves
 Bel. Aquino de Farias Reis
 Bel. Enéas Bezerra Barros
 Bel. José Fernandes de Lemos

COMARCA

6^a Vara Criminal
 3^a V. Delitos de T. C. Penais
 1^a Vara Cível
 2^a Vara Privativa do Júri
 3^a V. Delitos C. Patrimônio
 10^a Vara Cível
 6^a Vara Cível
 1^a Vara Criminal
 1^a V. de Família e Reg. Civil
 1^a Vara Privativa do Júri
 2^a Vara Criminal
 4^a Vara Cível (Corregedoria)
 Vara Priv. das Exec. Penais
 2^a Vara Cível
 2^a V. Sucessões e Reg. Públ.
 Vara Priv. Orf. Int. e Ausentes
 1^a V. Delitos de T. C. Penais
 1^a V. da Fazenda Municipal
 3^a Vara da Família
 Vara Priv. Órf. Int. e Ausentes
 Vara de Men. Aband. e Infrat.
 7^a Vara Criminal
 1^a V. Delitos C. o Patrimônio
 3^a Vara Cível
 1^a Vara da Fazenda Estadual
 10^a Vara Cível
 1^a Vara Assist. Judiciária
 2^a V. de Família e Reg. Civil
 8^a Vara Cível
 5^a Vara Criminal
 4^a Vara Delitos C. Patrimônio
 2^a Vara da Fazenda Estadual
 1^a Vara de Suces. e Reg. Públ.
 5^a Vara Cível
 9^a Vara Cível
 2^a V. Delit. Trans. e C. Penais
 À Disposição do T.R.E.
 3^a Vara de Família e R. Civil

NOME

Bel. Beraldo de Arruda Veras
 Bel. Hélio Vidal Campos
 Bel. Geraldo Og Nicéas M. Fernandes
 Bel. Eloy D'Almeida Lins
 Bel. Milton José Neves
 Bel. Sócrates Otávio de F. e Silva
 Bela. Magui Lins Azevedo
 Bel. Dorgival de Verçosa Lima
 Bel. Josias Horácio da Silva
 Bel. Leopoldo de Arruda Raposo
 Bel. Zamir Machado Fernandes
 Bel. Marcílio de Sampaio Carvalho
 Bel. João Gomes dos Passos
 Bel. Rivadávia B. de Melo Rangel
 Bel. Francisco Eudes R. de A. Lima
 Bel. Vânio Fox da Rocha Pereira
 Bel. Marco Antonio C. Maggi
 Bel. João de Oliveira
 Bel. Adalberto de Oliveira Melo
 Bel. Eriberto Gouveia de B. Lima
 Bel. João Bosco G. de Melo
 Bel. Petrúcio Roberto T. Granja
 Bel. José Gentil P. Bezerra
 Bel. José Manoel Z. G. de Melo
 Bel. Marcelo Márcio C. Fernandes
 Bel. Fernando C. N. dos Santos
 Bel. Luiz Carlos de B. Figueiredo
 Bel. Antonio de Melo e Lima
 Bel. Alberto Nogueira Virginio
 Bel. Fernando Barbosa Pinto
 Bel. Jovaldo Nunes Gomes
 Bel. Roberto Ferreira Lins
 Bel. Eduardo Augusto P. Peres
 Bel. Sílvio de Arruda Beltrão
 Bel. Anthenor Cardoso S. Júnior
 Bel. Dâmocles Virgílio L. Amaral
 Bel. Guilherme A. U. C. P. de Melo

COMARCA

7^a Vara Cível
 4^a Vara Criminal
 5^a V. da Assist. Jud. (N.O.S.)
 4^a Vara Cível
 4^a V. Família e R. Civil
 Corregedoria Geral
 7^a Vara Criminal
 Vara de Menores
 2^a Vara de Sucessões
 1^a Vara de Sucessões
 7^a Vara Cível
 3^a Vara de Assist. Judiciária
 2^a V. de Assist. Judiciária
 4^a V. de Assist. Judiciária
 3^a Vara Criminal
 5^a V. Delitos C. o Patrimônio
 2^a V. Delitos C. o Patrimônio
 4^a V. de Assist. Judiciária
 Acid. do Trab. F. e Concordata
 5^a V. Delit. C. Patrimônio
 Juizado Esp. Pequenas Causas
 3^a Vara Criminal
 Juizado Esp. Pequenas Causas
 Juizado Esp. Pequenas Causas
 1^a, 2^a, 3^a, 4^a V. da Família
 3^a Vara da Fazenda Estadual
 11^a Vara Cível
 1^a, 2^a e 3^a V. da Família
 3^a V. Priv. da Fam. e Reg. Civ.
 8^a e 9^a Vara Cível
 12^a Vara Cível
 1^a e 2^a V. Priv. do Júri
 1^a Vara Cível
 2^a V. da Fazenda Municipal
 Substituto
 Substituto
 Substituto

TOTAL =

75 Magistrados

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Durante o período foi coordenado por Maria Alice Tavares Jordão Franco, que contou com a colaboração de Marlene Cândido e Maria Ester Barreto Jordão.

Prestaram assessoria ao Gabinete da Presidência os juízes de Direito Mário Alves de Souza Melo e Milton José Neves.

Entre as múltiplas atividades desenvolvidas, registram-se:

Visitas recebidas

Sr. Patrick Dele Cole, Embaixador da Nigéria.

Dr. Guilherme Moran, Ministro da Justiça do Equador.

Dr. Paulo Marcelo Wanderley Raposo, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (O.A.B.) Seção de Pernambuco.

Dr. Harlan de Albuquerque Gadelha, Ex-Prefeito de Goiana.

Dr. Roberto Magalhães Melo, Ex-Governador do Estado de Pernambuco.

Dr. Gilberto Marques Paulo, Vice-Prefeito da Cidade do Recife.

Dr. Gabac Souto, Embaixador da Hungria.

Dr. Samir Hobeica, Embaixador do Líbano.

Dr. André Barbe, Cônsul Geral da França.

Dr. Miguel Arraes de Alencar, Governador do Estado de Pernambuco.

Major Brigadeiro-do-Ar Cláudio Paixão Azambuja, Comandante do II Comar.

Dr. Jorge Jenkins, Embaixador da Nicarágua.

Diretoria e Comitiva Visitante dos Amigos do Porto

Vereador Mauro Ferreira Lima

Dr. Byron Sarinho, Secretário para Assuntos Extraordinário de Coordenação da Prefeitura da Cidade do Recife.

Sr. Tarik Khan Asridi, Embaixador do Paquistão.

Dr. Marcos Antônio Soares da Cunha, à época Secretário Para Assuntos da Casa Civil.

Des. Manoel de Araújo Silva, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Sr. Abdelon Ahab Kerambne, Embaixador da República Argelina Democrática e Popular.

Dr. Gil Teobaldo de Azevedo, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo.

Dr. Frederico Gomes de Oliveira, Presidente do Instituto e da Federação Pernambucana de Futebol.

Dr. Antônio Ciarrapico, Embaixador da Itália.

Debutantes dos anos de 1988 e 1989 da Cruzada de Ação Social.

Dr. Tae Woong Kwong, Embaixador da Coréia do Sul.

Dr. Jon Kieer Hubert Van Nisten Pot Sevenaer, Embaixador da Holanda.

Dr. Heinz Dittmann, Embaixador da Alemanha Ocidental.

Dr. Roberto Vivo, Embaixador do Uruguai.

General Hélio Pacheco, Comandante do Comando Militar do Nordeste.

Dr. Ehud Gol, Cônsul Geral de Israel.

Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, então Prefeito da Cidade do Recife.

Dr. Mauro de Godoy Ramos, Secretário de Assuntos Jurídicos da Cidade do Recife.

Ministro Djaci Alves Falcão, do Supremo Tribunal Federal.

Ministro Luiz Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

General de Divisão Luiz Pires Ururahy Netto, Comandante do Comando Militar do Nordeste.

Sr. Masayasu Toyama, Cônsul do Japão.

Dr. Gelásio Rocha, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação do Porto.

Dr. Krister Kumlin, Embaixador da Suécia.

Dr. Ellen Krauppi, Embaixador da Finlândia.

Dr. Jorge da Costa Pinto Neves, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pernambuco.

Comitiva da Comissão Internacional de Juristas, formada por:

Dr. Henrique Baeigawso, Membro da Suprema Corte da Espanha.

Dr. Jorge Miro, Membro do Colégio de Advogados de Barcelona.

Dr. Beinusk Smickler, Membro da Comissão Internacional de Juristas Católicos.

Diretoria da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

Dra. Leslei Rowe, Cônsul dos Estados Unidos

Estudantes de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

Des. José Antônio de Almeida Silva, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
Sr. Schen Yunao, Embaixador da China.
Comitiva de Oficiais-Alunos do Curso de Aperfeiçoamento da Academia de Polícia Militar do Paudalho.

Audiências

Dr. João Humberto de Farias Martorelli, à época Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura da Cidade do Recife.
Dr. Harlan de Albuquerque Gadelha, então Prefeito da Cidade de Goiana.
Dr. Marcus Antônio Soares da Cunha, ex-Secretário para Assuntos da Casa Civil.
Dr. Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ex-Governador do Estado de Pernambuco.
Diretoria do Bandepe Centro-Recife.
Dr. José do Rêgo Barros Meira de Araújo, membro da Comissão de Juristas da Assembléia Constituinte Estadual.
Dr. Luiz Pinto Ferreira, jurista e professor universitário.
Dra. Tânia Bacelar de Araújo, Secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco.
Dr. Roberto Franca Filho, Secretário da Justiça do Estado de Pernambuco.
Sr. Domingo Valentin Budic, Cônsul Geral da Argentina.
Dr. Fausto Duarte Cabral, Presidente da Associação dos Cafeicultores do Estado de Pernambuco e Sindicato Rural.
Dr. Severino Almeida Filho, Secretário da Segurança Pública do Estado de Pernambuco.
Dr. Jorge da Costa Pinto Neves, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (O.A.B.) Seção de Pernambuco.
Dr. Ozael Rodrigues Velozo, Juiz de Direito da Vara Privativa de Menores Abandonados e Infratores.
Dr. Fernando Antônio Carvalho Ribeiro Pessoa, Secretário para Assuntos da Casa Civil.
Dr. Pedro Eurico de Barros e Silva, Secretário da Habitação do Estado de Pernambuco.
Dra. Paula Pedrosa, Presidente da COHAB.
Dr. Severino Otávio Raposo Monteiro, Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
Dr. Fernando José de Melo Correia, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Comitiva formada pelos Deputados Estaduais:
Gilvan Coriolano, Vital Cavalcanti Novaes e Joaquim Pessoa Guerra, respectivamente Presidente, Relator e Vice-Presidente da Comissão de Organização dos Estados e Municípios e Organização dos Poderes da Assembléia Constituinte
Dr. José Almeida do Nascimento, Presidente da Associação Comercial de Pernambuco.
Dr. Cristovam Pedrosa da Fonseca, Ex-Presidente da Associação Comercial de Pernambuco.
Dr. Telga de Araújo Filho, Presidente da Empresa de Obras de Pernambuco. Coronel da PM-PE. Expedito Queiroz.
Dr. Tácito Medeiros, Presidente do Conselho Regional de Medicina (CRE-MEPE).
Dr. Antônio Carlos Machado, Presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco.
Dra. Léia Correia, Presidente do Sindicato dos Médicos.
Dr. Gildo Denésio, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira.
Dra. Nadeje Domingues, Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco.
Prof. José Lourenço de Lima, Membro da Academia Pernambucana de Letras.
Dr. Frederico Pernambucano de Melo, Superintendente dos Assuntos Culturais da Fundação Joaquim Nabuco.
Deputado Estadual Manoel Ramos de Almeida.
Dr. José Pereira Santos, Diretor do Grupo João Santos.
Dr. José Joaquim de Almeida Neto, Juiz Classista do Tribunal Regional Eleitoral.
Deputado Estadual João Ramos Coêlho.
Deputado Estadual Francisco Cintra Galvão.
Dr. Jovany de Sá Barreto Sampaio, Secretário da Administração do Estado de Pernambuco.
Dr. Izael Nóbrega da Cunha, então Secretário da Justiça do Estado de Pernambuco.

Condecorações

A Presidência do Tribunal foi distinguida, entre outras, com as seguintes comendas:

– Medalha Conselheiro “João Alfredo Corrêa de Oliveira”, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho através do Presidente, Dr. José Guedes Corrêa Gondim Filho.

– Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, outorgada pelo Governador do Estado por indicação do Comandante da Polícia Militar de Pernambuco.

– Ordem do Mérito Militar no Grau de Oficial, outorgada pelo Presidente da República por proposta do Ministério do Exército.

– Placa em nome do Tribunal de Justiça de Pernambuco, outorgada pelos integrantes do Tribunal Desportivo de Pernambuco.

– Colar do Mérito Judiciário, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Acre, através da Presidenta Desembargadora Eva Evangelista de Araújo Souza.

– Placa do Mérito Judiciário, outorgada pelo Jornal "Ponto de Encontro", entregue pelo jornalista Aluísio Furtado de Mendonça.

– Ordem do Mérito Aeronáutico no Grau de Comendador, outorgada pelo Presidente da República por proposta do Ministério da Aeronáutica.

Recepção de Autoridades

Ao Primeiro Ministro da República Socialista da Tchecoslováquia Sr. Lubomir Strougal, no desembarque e no embarque;

Ao Ministro do Exército Gen. Leônidas Pires Gonçalves;

Ao Presidente da República, Sua Excelência Dr. José Sarney;

Ao Presidente da República Argentina, Sua Excelência Dr. Raúl Alfonsin.

Ao Presidente de Moçambique, Dr. Joaquim Alberto Chissano e Comitiva.

Palestras Proferidas

Na abertura dos cursos destinados aos Magistrados (Atualização Penal, Deontologia dos Magistrados e Linguagem, Informática e Racionalização dos Serviços Forenses), promovidos pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

Aula Inaugural do Curso de "Relações Humanas do Trabalho", para as chefias do Tribunal de Justiça e Escrivães do Fórum Paula Batista, promovido pelo Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

Aula sobre "Processo e Procedimento", na Escola Superior da Magistratura.

Aulas sobre "O Processo de Execução", na Escola Superior da Magistratura.

Presidência da abertura e do encerramento do Seminário sobre Mercado de Capitais para a Magistratura e Ministério Público, promovido pela Comissão Nacional da Bolsa de Valores.

Presidência da abertura e do encerramento da "X Semana de Criminologia e Ciências Afins", promovida pela Escola Superior da Magistratura.

Presidência da solenidade de encerramento do "Curso de Atualização Constitucional", promovido pela Escola Superior da Magistratura.

Presidência do Painel sobre "A Constituição Estadual e o Poder Judiciário", durante a solenidade de encerramento das atividades do ano de 1988, da Escola Superior da Magistratura.

Presidência da Reunião das Autoridades Estaduais e Municipais sobre o menor Carente, promovida pela Escola Superior da Magistratura.

Exposição na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco.

Aula de Encerramento sobre "Mandado de Segurança" no Curso de Iniciação Profissional Judicante da Escola Superior da Magistratura.

Encerramento do "Ciclo de Debates sobre a Constituição Federal" promovido pelo Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral e Escola Superior da Magistratura.

Solenidade do 2º Aniversário da Escola Superior da Magistratura e Conclusão do Curso de Preparação à Magistratura (1ª Turma).

Presidência da Sessão Solene de Abertura da "XI Semana de Criminologia e Ciências Afins", promovida pela Escola Superior da Magistratura.

Aula sobre "Sentença Cível" no Curso de Sentenças e Recursos da Escola Superior da Magistratura.

Exposição sobre o Poder Judiciário de Pernambuco a convite dos Constituintes, na Assembléia Legislativa deste Estado.

Viagens Realizadas

1988

Setembro

A **Portugal**, atendendo convite da Associação Internacional dos Amigos do Porto;

A **Brasília** para participar do I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais promovido pelo Supremo Tribunal Federal.

1989

Janeiro

Ao **Acre** para receber o "Colar do Mérito Judiciário";

Março

À **Bahia** para participar das solenidades Comemorativas ao Aniversário do Tribunal de Justiça daquele Estado;

A **Brasília** para participar da solenidade de posse dos Ministros José Néri da Silveira e Aldir Guimarães Passarinho, respectivamente nos Cargos de Presidente e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Abril

A **Brasília** para participar da "Reunião dos Desembargadores e Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil", no Supremo Tribunal Federal.

Setembro

Ao **Rio Grande do Sul** como participante do XVI Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil.

Outubro

Ao **Paraná** para participar do II Congresso Estadual da Magistratura.

Novembro

Ao **Rio de Janeiro** como convidado a participar do Seminário "Shopping Centers – Questões Jurídicas".

Dezembro

A **Brasília** para participar do "II Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça", promovido pelo Supremo Tribunal Federal.

Fóruns Inaugurados

Fórum "Dr. Afonso de Miranda Leal"
Comarca de Angelim

Fórum "Dr. Alcebíades Medeiros Siqueira Campos"
Comarca de São Caetano

Fórum "Desembargador Edmundo Jordão de Vasconcelos"
Comarca de Catende

Fórum "Desembargador Agamenon Duarte Lima"
Comarca de Moreno

Fórum "Desembargador José Sironi de Vasconcelos"
Comarca de Amaraji

Fórum "Sr. José Veríssimo Monteiro"
Comarca de Tabira

Fórum de Mirandiba "Dr. Alcindo Lopes Torres de Carvalho"
Comarca de São José do Belmonte

Fórum "Dr. Geraldo Sobreira de Moura"
Comarca de São José do Belmonte

Fórum "Dr. Francisco Muniz Arraes"
Comarca de Araripe

Fórum "Desembargador João Batista Guerra Barreto"
Comarca de Limoeiro

Fórum "Sandoval Malta de Almeida"
Comarca de Itamaracá

Comarcas Instaladas

Um total de quatro Comarcas foram instaladas nos municípios de Ibirimirim, Ipubi, Capoeiras e Itamaracá, com o objetivo de oferecer melhor prestação jurisdicional.

Instalação de Varas

3^a Vara Privativa da Fazenda Estadual.
Vara da Assistência Judiciária de Garanhuns.
11^a e 12^a Varas Cíveis por Distribuição da Capital
4^a Vara Privativa de Família e Registro Civil da Capital.
Vara Criminal da Comarca de Petrolina.
Vara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho, Falências e Concordatas de Olinda.

Recursos Extraordinários

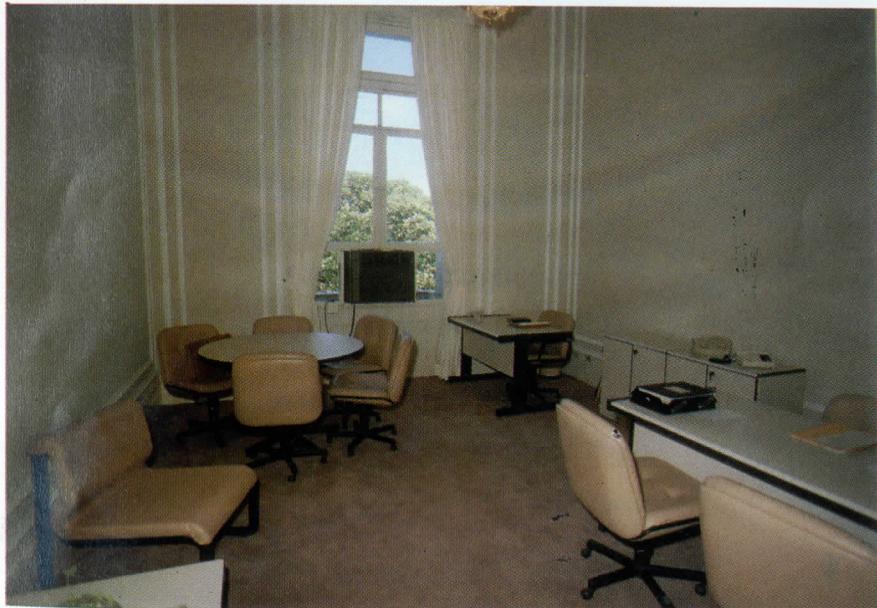
Durante o biênio foi julgada a admissibilidade de 180 Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.

OBRAS REALIZADAS

Várias foram as reformas e restaurações empreendidas objetivando a melhoria do funcionamento da máquina administrativa.

Entre as reformas merece destaque a do Gabinete da Presidência, que incluiu a restauração da tela do famoso pintor pernambucano Murilo La Greca, denominada "Os últimos fanáticos de Canudos". A obra, uma relíquia histórica, é inspirada na leitura do livro "Os Sertões" de Euclides da Cunha. Foi pintada em 1927 na Itália, e remetida pelo autor ao Salão Oficial do Rio de Janeiro, com ela obtendo medalha de prata. Restaurado também o mobiliário e instaladas novas linhas telefônicas, reformadas as "toilettes" e a copa.

Empreendidas reformas ainda nas salas que abrigam a Chefia de Gabinete da Presidência, Secretaria do Tribunal, Salão do Júri e Salão Nobre, neste último inclusive, com a impermeabilização do patamar de projeção, pintura de toda a área, aplicação de verniz, limpeza das ferragens, mu-



Gabinete da Secretaria Geral

dança das cortinas e recuperação do mobiliário, com a substituição dos forros das cadeiras, usando-se tecidos franceses semelhantes aos originais.

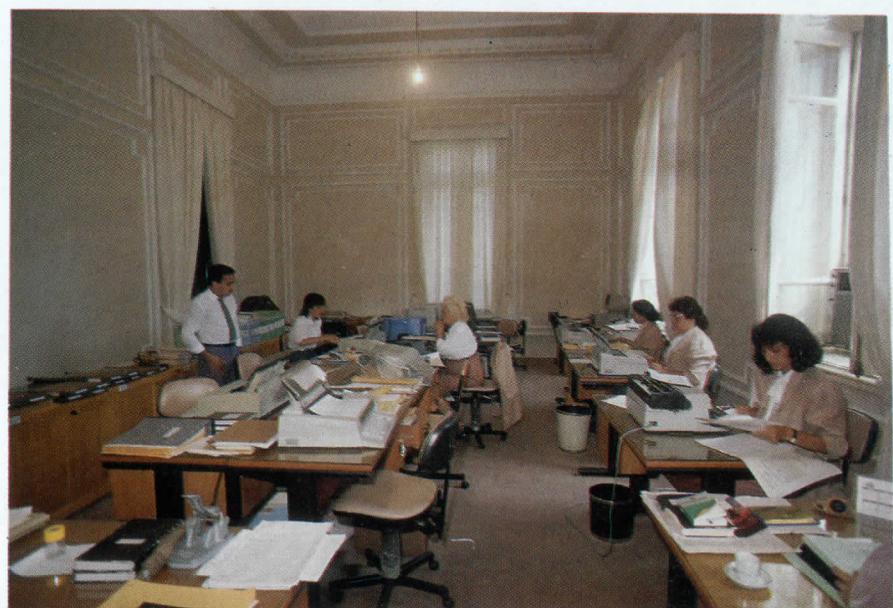
Outros ambientes passaram por reformas e hoje abrigam a Coordenadoria de Recursos Humanos, o Núcleo de Organização e Sistemas, o Departamento Administrativo e Pessoal, as Assessorias de Imprensa, do Cerimonial e Técnicas, Portaria Informatizada, nova Agência dos Correios e Sala de Apoio às Taquigrafias, com aparelhagem eletrônica das mais sofisticadas.

Procedeu-se à substituição integral do sistema de som da Sala das Sessões que agora é bem moderno e possante, e à instalação da Central de Reprografia.

Reforma do prédio nº 1.545 da Avenida João de Barros para a instalação das Varas Privativas de Família e Registro Civil da Capital.

Reforma do prédio nº 881 da Rua do Espinheiro para instalação do Ambulatório Médico-Odontológico.

Outra importante reforma foi a do prédio nº 12 da Rua Belmiro Correia, na Encruzilhada, para a implantação do Juizado de Pequenas Causas.



Departamento Administrativo e Pessoal



Gabinete da Presidência



Tela "Os últimos tanáticos de Canudos" de Murillo La Greca



Coordenação de Recursos Humanos



Garagem do TJPE



Núcleo de Organização e Sistemas

CHEFIA DE GABINETE

A Chefia do Gabinete da Presidência e a Coordenação da Seção de Transporte do Tribunal de Justiça foram exercidas pelo Bel. Rinaldo Mota.

A partir de setembro de 1988 todos os veículos do Tribunal passaram a ser abastecidos na tancagem da Casa Militar e o combustível adquirido através da Petrobrás Distribuidora S/A, deixando de ser feito o abastecimento em postos, como anteriormente. Tal providência trouxe grande economia para o Tribunal, pois o combustível é fornecido pela Petrobrás ao preço de revendedor e pôde haver maior controle de consumo por veículo.

Para substituir o ambiente que abrigava precariamente a garagem, foi alugado um galpão na Rua Floriano Peixoto, esquina com Rua São João, onde passou a funcionar a garagem do Tribunal de Justiça. No novo local foi instalada uma oficina mecânica com o equipamento necessário. À exceção de lanternagem, todos os serviços de recuperação são realizados na oficina mecânica, reduzindo em muito as despesas com os veículos em oficinas externas.

A ampliação da frota se verificou através da aquisição de oito veículos marca Chevrolet - Opala-Comodoro e uma Kombi Volks, tipo caçamba. Em contrato de comodato com a Secretaria da Fazenda, conseguiu-se uma Camioneta Chevrolet e um veículo Chevrolet-Chevette.

A Auditoria Militar cedeu um Opala-Comodoro.

A frota do Tribunal de Justiça é constituída atualmente por 37 veículos.

COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Orientada pelo Juiz de Direito Milton José Neves, atuou em duas áreas: Treinamento e Benefícios Sociais.

Em conjunto com a Corregedoria Geral da Justiça e a Escola Superior da Magistratura promoveu:

– Curso de Relações Humanas no Trabalho, para funcionários e serventuários. Período: 14 a 25 de março de 1988. Carga horária: 16 horas/aula. Concluintes: 42.

– I Curso sobre Técnicas de Redação e Conhecimentos Gramaticais, para funcionários e serventuários. Período: 11 a 21 de abril de 1988. Carga horária: 18 horas/aula. Concluintes: 13.

– II Curso de Relações Humanas no Trabalho, para funcionários e serventuários. Período: 16 a 27 de maio de 1988. Carga horária: 20 horas/aula. Concluintes: 28.

– II Curso de Conhecimentos Gramaticais e Redação Empresarial, para funcionários e serventuários. Período: 06 a 17 de junho de 1988. Carga horária: 25 horas/aula. Concluintes: 30.

– Curso de Organização de Arquivo, para funcionários e serventuários. Período: 08 a 23 de agosto de 1988. Carga horária: 30 horas/aula. Concluintes: 22.

– Ciclo de Palestras sobre a Nova Constituição Federal; com 45 funcionários participantes, março de 1989;

– Curso de Atualização Jurídica, Português e Matemática, com 52 inscritos, abril a maio de 1989;

Com a Universidade Federal de Pernambuco, manteve convênio para que funcionários frequentassem cursos de Francês e Alemão.

À Superintendência de Treinamento de Pessoal (Sutepe) encaminhou 11 funcionários para os Cursos de Matemática Básica, Técnicas de Secretariado, Técnicas de Entrevistas, Técnicas de Elaboração de Relatórios e para o 1º Ciclo de Palestras sobre "A Mulher Funcionária Pública".

Ao Centro Educacional de Informática encaminhou 40 funcionários para o Curso de Programação Básica, em março de 1988.

Ao Instituto de Tecnologia e Informática - ITECI, foram encaminhados diversos funcionários para o Curso de Formação de Programador.

Funcionários dos Departamentos Financeiro, de Taquigrafia, Jurisprudência e Publicações, Material e Patrimônio, Biblioteca, Pessoal, Criminal, Cível e Assistência Judiciária, num total de 40, freqüentaram o treinamento em máquinas IBM eletrônicas oferecido pela Sistemaq.

Habilitar o pessoal selecionado para atuar no Juizado de Pequenas Causas foi o objetivo do treinamento em "Relações Humanas no Trabalho", "Português, Técnica de Redação", "Prático" e "Em Serviço" realizado de junho a novembro de 1989.

Na área de Benefícios Sociais incluem-se as Visitas domiciliares (15); hospitalares (31) e a Instituições (81) e o acompanhamento social a funcionários doentes (13), hospitalizados (15); menores estagiários (08); supervisores dos estagiários (06) e situações diversas (10). Promoveu também o funeral do Agente de Segurança Manoel Bezerra Chaves.

Foi distribuído de janeiro a dezembro de 1989 o total de 24.418 Valores-refeições, representando um montante de NCz\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil cruzados novos).

Graças aos convênios mantidos com outras entidades, foram feitos os seguintes encaminhamentos:

Casa Lux Ótica	19
Ótica Prisma	12
Livrarias	05
LAFEPE	05
CEF/habitação	06
INOCOOP	02
COHAB	05
PRO-LAZER: Excursão Nova Jerusalém	09
Excursão Feriado Tiradentes	05
Excursão Santa Cruz do Capibaribe	06

Teatros e Shows	21
Cruzada de Ação Social (doação de óculos)	03
FEBEM (encaminhamento de menores)	04
ASTEPI (pensão alimentícia)	01
Procedeu-se a um total de 198 entrevistas, que tiveram entre outros,	

os seguintes objetivos: solicitação de empréstimo, problemas de saúde e admissão.

Em maio de 1989, nascia o Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, reunindo 54 funcionários, sob a Regência da Professora Wânia Gonçalves e a participação do instrumentista José Edson Barbosa. Durante o ano houve 71 ensaios e oito apresentações. Hoje o Coral é presença marcante nas solenidades do T.J.PE.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS/VIAGENS TÉCNICAS

– 1988 –

- Reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Brasília, em fevereiro – Desembargador Benildes de Souza Ribeiro;
- Posse do Presidente da AMB em Brasília, mês de março – Desembargadores Benildes de Souza Ribeiro e Cláudio Américo de Miranda (este último recebeu, na ocasião, a Medalha do Mérito Judiciário concedida por aquela entidade) e o Juiz de Direito Aluiz Tenório de Brito;
- Observação do funcionamento das Varas de Família da cidade de São Paulo, em abril – Juiz de Direito José Fernandes de Lemos;
- Observação do funcionamento da Assistência Judiciária do Estado de São Paulo, em abril – Assessora Eliane Maria Campos de Lemos;
- Solenidade de posse da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em abril – Des. João David de Souza Filho;
- Seminário sobre o Menor no Trabalho, em Porto Alegre-RS, mês de maio – Juiz de Direito Luiz Carlos de B. Figueiredo Lemos;
- Viagem do Desembargador Benildes Ribeiro à Brasília, em abril;
- Reunião do Conselho Executivo da AMB, Brasília, em maio – Desembargador Benildes de Souza Ribeiro;
- V Seminário Nacional de Direito Agrário, no Pará, em maio – Des. Mauro Jordão de Vasconcelos e o Juiz de Direito Milton José Neves;
- Estudo sobre o Juizado de Pequenas Causas da Bahia, em junho – Juízes de Direito Jones Figueiredo Alves e Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes;
- Curso sobre Atualidade das Execuções Penaís, Salvador/BA, em junho – Juiz de Direito Dr. Manoel Rafael Neto;
- Reunião dos Magistrados, no Ceará, em junho – Desembargadores Mauro Jordão de Vasconcelos, Benildes de Souza Ribeiro e Waldemir Oliveira Lins;
- 2ª Reunião do Conselho Executivo da AMB no Rio de Janeiro em junho – Des. Benildes de Souza Ribeiro, Juízes de Direito Aluiz Tenório de Brito e Nildo Nery dos Santos;
- Posse do Des. José C. Leite de Almeida, no Espírito Santo, em junho – Des. Etério Ramos Galvão Filho;
- Curso Pesquisa e Operação em Terminal do Prodasel, em Brasília, no mês de junho – bibliotecária M^a do Carmo Guedes de Andrade;
- Análise do Sistema de Automação de Cartórios do Fórum de Porto Alegre, em junho – M^a Valéria Lins Tenório;
- 2ª Reunião do Conselho Executivo da AMB no Rio de Janeiro, em julho – Des. Cláudio Américo de Miranda;
- Viagem a Brasília, em junho – Des. Corregedor Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho;
- Viagem a Brasília, em julho – Des. Benildes de Souza Ribeiro;
- Reunião para a elaboração do Anteprojeto do Estatuto da Magistratura Nacional, em Minas Gerais, mês de setembro – Juiz de Direito José Antônio Macedo Malta;
- XIII Congresso Mundial da Federação Internacional das Mulheres da Carreira Jurídica, em Minas Gerais, mês de setembro – Dra. Magui Lins Azevedo;
- Viagem a Brasília em agosto – Des. Benildes de Souza Ribeiro;

- Reunião dos Conselhos Executivo e Geral da AMB no Rio de Janeiro, em outubro – Des. Benildes de Souza Ribeiro;
- II Congresso de Taquígrafos no Rio de Janeiro em outubro – taquígrafas Fernanda Leite e Dineusa T. do Rego;
- Reunião da AMB em Sergipe no mês de outubro – Juízes de Direito Aluiz Tenório de Brito, Jones Figueiredo Alves e José Antonio Macedo Malta;
- VIII Encontro de Tribunais de Alçada, em Porto Alegre no mês de outubro – Juiz de Direito José Napoleão Tavares de Oliveira;
- Visita ao Centro de Processamento de Dados do Tribunal de Justiça do Paraná, às instalações do Fórum de Curitiba e Porto Alegre em outubro – Desembargadores Mauro Jordão de Vasconcelos e Demócrito Ramos Reinaldo, Juízes de Direito Mário Alves de Souza Melo, Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes e Milton José Neves, Diretor José Ciro da Penha, funcionários Alcione Maria de Melo e Giovanna Schettini.

– 1989 –

- Posse do Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, em fevereiro – Desembargador João David de Souza Filho;
- Viagem ao Acre e ao Amazonas em janeiro – Corregedor Geral Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho e secretária Maria Alice Tavares Jordão Franco;
- 380 anos da instalação do Tribunal da Relação de Salvador, em março – Des. Mauro Jordão de Vasconcelos e Diretor José Ciro da Penha;
- Posse da Mesa Diretora do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, no mês de março – Desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos e Juiz de Direito Milton José Neves;
- Viagem à França, em março, para contato com os Tribunais Franceses especialmente ligados ao menor abandonado – Juiz de Direito Ozael Rodrigues Veloso;
- VII Encontro Regional sobre Registro Imobiliário do Brasil no Rio Grande

- do Sul, em maio – Juiz de Direito Leopoldo de Arruda Raposo e Diretor José Ciro da Penha;
- Posse dos novos Ministros do Supremo Tribunal Federal em Brasília, no mês de maio – Juiz de Direito José Antônio Macedo Malta;
- Reunião do Conselho Executivo da AMB no Rio de Janeiro em junho – Juiz de Direito Aluiz Tenório de Brito;
- Viagem a Brasília em junho – Desembargador João David de Souza Filho;
- Viagem à Paraíba em junho – Desembargador Cláudio Américo de Miranda;
- II Reunião Nacional de Diretores de Escola da Magistratura no Rio Grande do Sul, em agosto – Juízes de Direito Nildo Nery dos Santos e Milton José Neves;
- XVI Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, no Rio Grande do Sul, em setembro – secretária Maria Alice Tavares Jordão Franco e Juiz de Direito Leopoldo de Arruda Raposo;
- II Congresso Estadual da Magistratura no Paraná, em outubro – Juiz de Direito Mário Alves de Souza Melo;
- IX Feira Internacional de Informática e XXII Congresso Nacional de Informática em São Paulo no mês de setembro – funcionários Maria Valéria Lins Tenório, Zélia Maria Lucena de Mendonça e diretora Yolanda Nunes Machado Gomes;
- Posse do Desembargador Paulo Barbosa Pereira em São Paulo, no mês de setembro – Juiz de Direito José Antônio Macedo Malta;
- Seminário “Shopping Centers-Questões Jurídicas”, no Rio de Janeiro, em novembro – Desembargadores Cláudio Américo de Miranda, Demócrito Ramos Reinaldo e Luiz Belém de Alencar;
- II Congresso Nacional de Presidentes de Tribunais, em dezembro – Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho e Juiz de Direito Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes;

- Estágio prático no juizado de Pequenas Causas de Salvador, em outubro – três Juízes de Direito, três Secretárias e seis Conciliadores do JPC de Pernambuco.

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Como Diretor esteve o Juiz de Direito Geraldo Correia da Silva, que funcionou também como Secretário do Tribunal Pleno.

No período foram publicados:

	1988	1989	TOTAL
Portarias do Secretário	59	41	100
Portarias do Presidente	150	173	323
Atos do Presidente	144	535	679

O Tribunal Pleno efetuou 128 julgamentos, sendo apreciados 298 feitos administrativos.

ASSISTÊNCIA POLICIAL-MILITAR

Criada por força da Lei nº 9.959, de 16 de dezembro de 1986, teve como Assistente Policial-Militar, o Major PM Ricardo Rêgo Barros Pereira.

Seus encargos precípuos são a coordenação e fiscalização da Segurança do Tribunal de Justiça e das instalações do Foro da Capital e a ligação entre o Poder Judiciário e as autoridades militares sediadas no Recife.

Prestou ainda assessoramento na recepção de autoridades, acompanhando o Chefe do Poder Judiciário em cerimônias e eventos de representação do Tribunal.

O serviço de Segurança, a cargo da Assistência Policial Militar, integrava em 21 de fevereiro de 1988, quatro Sargentos e cinqüenta Soldados do efetivo do Batalhão de Polícia de Guardas. Atualmente este mesmo efe-

tivo chega a oito Sargentos e sessenta e oito Cabos e Soldados, apresentando um incremento de oito Sargentos e dezoito Cabos e Soldados, o que tem proporcionado melhoria razoável na qualidade do referido serviço.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Em cumprimento à função de assessorar a Presidência na divulgação de informações e contato com os veículos de comunicação, a Assessoria de Imprensa realizou um profícuo trabalho.

Inicialmente esteve sob a responsabilidade da jornalista Zenaide Barbosa Pil, que foi substituída, a partir de junho de 1989, pela também jornalista, Helena Maria Ribeiro Fernandes.

Grande número de notícias do interesse do Poder Judiciário foi divulgado através de jornais, emissoras de rádio e televisão, algumas com repercussão a nível nacional.

O bom relacionamento entre os veículos noticiosos e o judiciário de Pernambuco foi uma das preocupações da AIC. A receptividade às informações e a cobertura da imprensa aos eventos relacionados com o Tribunal de Justiça foram os melhores, repercutindo muito positivamente junto ao grande público.

Um antigo sonho pôde ser realizado no último semestre de 1989. Durante as solenidades comemorativas do 167º Aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi lançado o Jornal do Judiciário, com a tiragem de dois mil exemplares, impresso em off-set, nas cores preta e azul. Três números circularam até dezembro. A distribuição atingiu em Pernambuco os Desembargadores, Juízes de Direito, Cartórios da Capital, inúmeras autoridades e jornalistas. A nível nacional foi distribuído com todos os Presidentes de Tribunais de Justiça e de Associações de Magistrados do país.

Ao promover maior intercâmbio entre os funcionários e a divulgação do trabalho realizado pela Mesa Diretora do Tribunal, o Jornal do Judiciário alcançou excelente receptividade junto aos leitores.

Durante o biênio, não apenas a Presidência do Tribunal como outros Órgãos relacionados diretamente ao Poder Judiciário, entre eles a Corregedoria Geral da Justiça e a Escola Superior da Magistratura, puderam contar com o trabalho da AIC, no tocante à divulgação das suas atividades e contatos com a imprensa, contribuindo assim para formar u'a melhor imagem da Justiça em Pernambuco.

- Estágio prático no juizado de Pequenas Causas de Salvador, em outubro
- três Juízes de Direito, três Secretárias e seis Conciliadores do JPC de Pernambuco.

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Como Diretor esteve o Juiz de Direito Geraldo Correia da Silva, que funcionou também como Secretário do Tribunal Pleno.

No período foram publicados:

	1988	1989	TOTAL
Portarias do Secretário	59	41	100
Portarias do Presidente	150	173	323
Atos do Presidente	144	535	679

O Tribunal Pleno efetuou 128 julgamentos, sendo apreciados 298 feitos administrativos.

ASSISTÊNCIA POLICIAL-MILITAR

Criada por força da Lei nº 9.959, de 16 de dezembro de 1986, teve como Assistente Policial-Militar, o Major PM Ricardo Rêgo Barros Pereira.

Seus encargos precípuos são a coordenação e fiscalização da Segurança do Tribunal de Justiça e das instalações do Foro da Capital e a ligação entre o Poder Judiciário e as autoridades militares sediadas no Recife.

Prestou ainda assessoramento na recepção de autoridades, acompanhando o Chefe do Poder Judiciário em cerimônias e eventos de representação do Tribunal.

O serviço de Segurança, a cargo da Assistência Policial Militar, integrava em 21 de fevereiro de 1988, quatro Sargentos e cinqüenta Soldados do efetivo do Batalhão de Polícia de Guardas. Atualmente este mesmo efe-

tivo chega a oito Sargentos e sessenta e oito Cabos e Soldados, apresentando um incremento de oito Sargentos e dezoito Cabos e Soldados, o que tem proporcionado melhoria razoável na qualidade do referido serviço.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Em cumprimento à função de assessorar a Presidência na divulgação de informações e contato com os veículos de comunicação, a Assessoria de Imprensa realizou um profícuo trabalho.

Inicialmente esteve sob a responsabilidade da jornalista Zenaide Barbosa Pil, que foi substituída, a partir de junho de 1989, pela também jornalista, Helena Maria Ribeiro Fernandes.

Grande número de notícias do interesse do Poder Judiciário foi divulgado através de jornais, emissoras de rádio e televisão, algumas com repercussão a nível nacional.

O bom relacionamento entre os veículos noticiosos e o judiciário de Pernambuco foi uma das preocupações da AIC. A receptividade às informações e a cobertura da imprensa aos eventos relacionados com o Tribunal de Justiça foram os melhores, repercutindo muito positivamente junto ao grande público.

Um antigo sonho pôde ser realizado no último semestre de 1989. Durante as solenidades comemorativas do 167º Aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi lançado o Jornal do Judiciário, com a tiragem de dois mil exemplares, impresso em off-set, nas cores preta e azul. Três números circularam até dezembro. A distribuição atingiu em Pernambuco os Desembargadores, Juízes de Direito, Cartórios da Capital, inúmeras autoridades e jornalistas. A nível nacional foi distribuído com todos os Presidentes de Tribunais de Justiça e de Associações de Magistrados do país.

Ao promover maior intercâmbio entre os funcionários e a divulgação do trabalho realizado pela Mesa Diretora do Tribunal, o Jornal do Judiciário alcançou excelente receptividade junto aos leitores.

Durante o biênio, não apenas a Presidência do Tribunal como outros Órgãos relacionados diretamente ao Poder Judiciário, entre eles a Corregedoria Geral da Justiça e a Escola Superior da Magistratura, puderam contar com o trabalho da AIC, no tocante à divulgação das suas atividades e contatos com a imprensa, contribuindo assim para formar u'a melhor imagem da Justiça em Pernambuco.



Jornal do Judiciário

ASSESSORIA JUDICIÁRIA

Foi Chefiada pelo Bel. André Alves de Melo, que contou com a colaboração dos bacharéis: Wilson Mota Valença, Ilda Duque de Souza Ferreira, Joaquim Lafayette Neto, Leônia Edna Monteiro Rafael, Maria Helena Cardoso Giaquinto, Ceuluza Wanderley Cabral de Oliveira, Eliane Maria Campos de Lemos, Ana Teresa Tenório de Brito Medeiros e Demócrito Ramos Reinaldo Filho.

Durante o biênio foi emitido um total de 1.629 pareceres, constando os seguintes feitos distribuídos:

Contagem de Tempo de Serviço	156
Pedido de Licença	04
Pedido de Gratificação	81
Salário Família	279
Pedido de Ajuda de Custo	64
Férias em Dobra	242
Pagamento de Despesas	167
Diversos	353

ASSESSORIA DO CERIMONIAL

Tendo assumido a Assessoria do Cerimonial em 12 de julho de 1988, o Bel. Ricardo Pinho Magalhães coordenou as seguintes solenidades e cerimônias:

- Comemoração ao 166º Aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 11 de agosto de 1988:

Missa Gratulatória, celebrada pelo Padre Carmelo Raposo Pinto no Palácio da Justiça.

Lançamento do Livro "Reminiscências de um Magistrado" de autoria do Desembargador José Ferraz Ribeiro do Valle.

Sessão Solene comemorativa ao evento. Conferência do Des. Cristovam Daiello Moreira – Corregedor Geral da Justiça do Rio Grande do Sul, sob o tema "Um Poder Judiciário para o Futuro".

Entrega das Medalhas do Mérito Judiciário "Desembargador Joaquim Nunes Machado" aos agraciados:

Colar de Alta Distinção: Dr. Miguel Arraes de Alencar
Dr. Cid Feijó Sampaio
Dr. Eraldo Gueiros Leite
Des. Etério Ramos Galvão Filho
Brig. Luiz Antônio Cruz

Medalha de Ouro: Dr. Heraldo José de Almeida
Dr. Manoel Enildo Lins

Medalha de Bronze: Sr. José Dias Correia
Sr. Luiz Lopes Pereira

- Comemoração ao 167º Aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco – dia 07 de agosto de 1989:
Lançamento do Carimbo Postal Comemorativo.
Apresentação do Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.
Inauguração das Novas Instalações no TJPE: Gabinete da Presidência, Chefia de Gabinete da Presidência, Posto do Bandepe, Recursos Humanos, Deptº Administrativo e Pessoal, Sala de Apoio às Taquigrafias, Núcleo de Organização e Sistema e Agência dos Correios.
Lançamento dos Trabalhos vitoriosos no Concurso de Monografias do Poder Judiciário de Pernambuco "Prêmio Desembargador Augusto Souza Duque – Ano 1988": "Do Poder "Ex-officio" no Processo Civil", de autoria do Juiz de Direito Jones Figueiredo Alves, e "Comentários à Ação de Consignação e Pagamento" cujo autor é o Juiz de Direito Waldemir Piñheiro Banja.

Lançamento do Arquivo Forense – Vol. LXXII – jan./82 a dez./85 e da Coletânea de Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça.

Entrega dos Prêmios aos autores vitoriosos no Concurso de Monografia do Poder Judiciário de Pernambuco "Prêmio Desembargador Jordão de Vasconcelos – Ano 1989".

Entrega das Medalhas do Mérito Judiciário "Desembargador Joaquim Nunes Machado" aos agraciados.

Colar de Alta Distinção: Dr. José Guedes Corrêa Gondim Filho
Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho
Gen. Hélio Pacheco
Dr. José Luiz Barbosa Ramalho Clerot

Medalha de Ouro: Dr. José David Gil Rodrigues
Dr. Eugênio Oliveira Melo
Dr. Francisco Rodrigues dos Santos

Dia 11 de agosto

Missa Gratulatória, celebrada pelo Bispo Auxiliar D. Evangelista Martins Tera, S.J., na Igreja de Santo Antônio da Ordem Terceira de São Francisco.

Sessão Solene e Conferência proferida pelo Acadêmico Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, na Sala de Sessões do Tribunal de Justiça.

Jantar Dançante no "foyer" do Teatro Guararapes.

- Instalação do 1º Juizado Especial de Pequenas Causas; e inauguração da Sala dos Assessores da Presidência do TJPE – 07 de novembro de 1989.
- Natal do Poder Judiciário
18 de dezembro de 1988, na Sede da Associação dos Magistrados em Candeias.
- Festa de Natal do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça em 15 de dezembro de 1989, na Escola Superior da Magistratura.
- Instalação de Novas Varas e Inauguração do Cartório Modelo em 15 de dezembro de 1989 na Av. João de Barros: 11^a e 12^a Varas Cíveis por Distribuição da Capital e a 4^a Vara Privativa de Família e Registro Civil da Capital.
- Uma importante realização no biênio foi a edição do livro "O Palácio da Justiça de Pernambuco", no qual os professores José Luiz Mota Menezes e Marcílio Lins Reinaux sintetizam a Historiografia da Justiça de Pernambuco vista e contada pela Arte do edifício do TJPE e sua forma plástica. Foram confeccionados mil exemplares, sendo 100 deles integrantes de edição especial, com capa dura em percaluz, na cor vermelha, gravada em letras de ouro.



Palestra do Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho durante a solenidade do 167º aniversário do TJPE

NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

Do ponto de vista da informatização dos serviços do Poder Judiciário, o biênio foi caracterizado por um crescimento e aperfeiçoamento das atividades já desenvolvidas, pela implantação de outras, e pelo avanço considerável no processo de consolidar a cultura de informática no âmbito dos diversos órgãos componentes. O NOS foi coordenado pelo Juiz de Direito Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes.

Entre as realizações no período, merecem destaque:

Reorganização Administrativa da Área de Informática

Em vista das exigências decorrentes do surgimento de novas tecnologias e da dinâmica das atividades dessa área, mostrou-se necessário criar uma coordenação formal, capaz de articular-se com os diversos segmentos no processo de modernização e aperfeiçoamento dos serviços da Justiça.

Por outro lado, por causa das peculiaridades das atividades da área de informática, foi desenvolvido um trabalho de racionalização dos fluxos e rotinas de procedimentos, visando, primordialmente, à melhoria efetiva da qualidade dos serviços prestados.

Implantação do Centro de Processamento de Dados

Para funcionamento do CPD próprio do Tribunal de Justiça, foram reformadas três salas no 1º andar do Palácio da Justiça.

Com o objetivo de tornar o Poder Judiciário autônomo, no que se refere ao uso de recursos computacionais, foi efetuada a aquisição de equipamento, tendo sido feita a escolha de uma máquina de médio porte, capaz de atender às necessidades imediatas, dentro dos limites da área física e dos recursos financeiros existentes.

A configuração atual do Centro de Processamento de Dados (CPD) é a seguinte: Cpu Cobra 256 KB, Unidade de Fita – S'40 e Winchester 315 MG, KB.

Atualmente estão instalados no CPD e nos Departamentos Cível, Criminal de Jurisprudência, 11 terminais de vídeo e seis impressoras.

Em operação no CPD – Cobra encontram-se os seguintes aplicativos, adquiridos de uma "softhouse" com experiência comprovada em Informática Judiciária: Sistemas de Controle de Processos de 2ª Instância –

JUD, o qual tem por objetivo automatizar e agilizar o fluxo de informações referentes aos processos que são controlados desde a entrada no Tribunal, quando são autuados e distribuídos, até o encaminhamento para a Comarca de origem ou o seu arquivamento.

O Sistema proporciona também a emissão de certidões, pautas de julgamento, etiquetas e histórico de processos. Toda a sua operação é feita em tempo real, diretamente pelos Departamentos Cível e Criminal.

Sistema de Jurisprudência – JURIS, tem por finalidade permitir a automação do cadastramento do ementário e facilitar as consultas de Jurisprudência.

Atualmente já se encontram cadastradas mais de 3 mil ementas, tendo sido observado um crescimento significativo no número de consultas ao acervo. O sistema é operado pelo Departamento de Jurisprudência.

Processador de Textos – SPT: permite compor relatórios, facilita a redação e impressão de textos. É operado diretamente pelos usuários dos Sistemas JUD e JURIS.

Visando capacitar o pessoal para utilização dos equipamentos e aplicativos adquiridos, foi desenvolvido a seguinte programação de treinamento: Operação MUMPS, Linguagem MUMPS e Treinamento no uso dos Sistemas JUD e JURIS.

Informatização do Juizado de Pequenas Causas

Para assegurar modernização e funcionalidade, o Juizado de Pequenas Causas foi calcado num projeto de funcionamento totalmente informatizado, nos moldes do já existente no Estado da Bahia, obedecendo às seguintes etapas: dimensionamento dos recursos necessários (humanos, físicos e financeiros), estruturação e elaboração de documentos legais.

Em vista da cessão pelo Tribunal de Justiça da Bahia dos aplicativos utilizados nos Juizados de Pequenas Causas daquele Estado, foi feita a adequação dos programas e manuais à realidade local.

Objetivando habilitar os 12 digitadores do JPC, foi realizado treinamento com a duração de um mês.

Automação do Cartório do Júri

Com o objetivo de agilizar os serviços foi criado e operacionalizado um sistema capaz de permitir a elaboração e emissão de todos os documentos utilizados na fase preparatória e atos procedimentais da Sessão do Júri.

Para implantação desse sistema foram adquiridos um Terminal de Vídeo e uma impressora.

Automação dos Cartórios

Visando garantir a melhor prestação de serviços através de uma agilização e desburocratização dos trabalhos cartoriais, foi desenvolvido o Sistema de Automação de Cartório, o qual atenderá a todas as Varas, na emissão de textos padronizados, tais como: ofícios, mandatos e sentenças.

O sistema será implantado, a título de experiência, em oito cartórios, os quais irão dispor de um Terminal de Vídeo e uma Impressora.

Reformulação do Sistema de Controle de Processos de 1^a Instância

Em vista da dinâmica das atividades de processamento de dados, fez-se necessário adaptar o sistema em operação às condições de agilidade e racionalidade requeridas.

Para tal, foi feita a reformulação dos Módulos de Distribuição e de Acompanhamento de Feitos, a qual se encontra em fase final de desenvolvimento.

Sistema Desenvolvidos em Microcomputador:

Distribuição de Processos de 1^a Instância – Esquema de Emergência – para uso nos casos em que o computador central estiver fora do ar, para manutenção do equilíbrio da carga das Varas;

Sistema de Cálculo de Correção Monetária – para cálculo e emissão dos valores corrigidos, no caso de processos com um número muito grande de partes; e

Atualização dos Valores Mensais da Lei de Custas – para publicação no Diário do Poder Judiciário.

Implantação do Núcleo de Programação e Análise

O crescimento das atividades de Informática no âmbito do Poder Judiciário, levou à estruturação de um grupo de analistas programadores, capaz de atender à demanda de novos serviços e manter os sistemas já desenvolvidos.

Objetivando permitir aos funcionários e serventuários melhoria profissional, foram ministrados cursos internos de Programação Natural, e àqueles que apresentaram melhor rendimento, num total de seis, foi oferecido um Curso de Programação no Iteci – Instituto de Tecnologia em Informá-

tica. Desses seis serventuários, cinco foram remanejados de suas funções anteriores para estágio em programação.

O Núcleo de Programação e Análise tem hoje a seguinte estrutura de pessoal: um Analista de Sistemas, sete Programadores e um Consultor.

Atividades de Apoio

A Coordenadoria de Informática prestou apoio a diversos órgãos, entre eles:

- Corregedoria Geral da Justiça: suporte à implantação do Sistema de Controle de Recursos Humanos – TJRH; treinamento de pessoal para o uso dos sistemas existentes; manutenção do sistema de Controle de Comarcas – TJCO, suporte ao uso de microcomputadores, e administração do Sistema de Controle de Processos de 1^a Instância.
- Coordenação de Recursos Humanos, definição de estrutura organizacional e atribuições da Coordenadoria, treinamento de pessoal em editores de texto, para uso de microcomputadores.
- Departamento Administrativo e Pessoal: apoio à implantação do Sistema de Controle de Recursos Humanos – TJRH, instalação de dois microcomputadores, aumento do número de terminais de vídeo, visando ao aprimoramento da utilização do Sistema TJRH, treinamento de pessoal para uso de processamento de dados, suporte ao uso de microcomputadores e apoio à digitação e conferência do cadastro de magistrados e funcionários.
- Biblioteca: implantação de Terminal de Vídeo e Impressora para ligação ao Prodasel, possibilitando o acesso aos Bancos de Dados dos Tribunais Federais e Senado, e treinamento de pessoal para uso do sistema.
- Departamentos Cível e Criminal: apoio à implantação do Sistema de Controle de Processos de 2^a Instância – JUD e ao Processador de Textos – SPT; treinamento de Pessoal.
- Departamento de Jurisprudência: apoio à implantação do Sistema de Jurisprudência – JURIS e ao Processador de Textos – SPT; e treinamento de pessoal.
- Departamento Financeiro: elaboração de planilhas financeiras, suporte à preparação de orçamentos e apoio no uso de processamento de dados.
- Assessorias – Cerimonial e Imprensa: geração e edição de malas diretas e treinamento de pessoal em editor de texto, para uso de microcomputadores.

Automação dos Cartórios

Visando garantir a melhor prestação de serviços através de uma agilização e desburocratização dos trabalhos cartoriais, foi desenvolvido o Sistema de Automação de Cartório, o qual atenderá a todas as Varas, na emissão de textos padronizados, tais como: ofícios, mandatos e sentenças.

O sistema será implantado, a título de experiência, em oito cartórios, os quais irão dispor de um Terminal de Vídeo e uma Impressora.

Reformulação do Sistema de Controle de Processos de 1^a Instância

Em vista da dinâmica das atividades de processamento de dados, fez-se necessário adaptar o sistema em operação às condições de agilidade e racionalidade requeridas.

Para tal, foi feita a reformulação dos Módulos de Distribuição e de Acompanhamento de Feitos, a qual se encontra em fase final de desenvolvimento.

Sistema Desenvolvidos em Microcomputador:

Distribuição de Processos de 1^a Instância – Esquema de Emergência – para uso nos casos em que o computador central estiver fora do ar, para manutenção do equilíbrio da carga das Varas;

Sistema de Cálculo de Correção Monetária – para cálculo e emissão dos valores corrigidos, no caso de processos com um número muito grande de partes; e

Atualização dos Valores Mensais da Lei de Custas – para publicação no Diário do Poder Judiciário.

Implantação do Núcleo de Programação e Análise

O crescimento das atividades de Informática no âmbito do Poder Judiciário, levou à estruturação de um grupo de analistas programadores, capaz de atender à demanda de novos serviços e manter os sistemas já desenvolvidos.

Objetivando permitir aos funcionários e serventuários melhoria profissional, foram ministrados cursos internos de Programação Natural, e àqueles que apresentaram melhor rendimento, num total de seis, foi oferecido um Curso de Programação no Iteci – Instituto de Tecnologia em Informá-

tica. Desses seis serventuários, cinco foram remanejados de suas funções anteriores para estágio em programação.

O Núcleo de Programação e Análise tem hoje a seguinte estrutura de pessoal: um Analista de Sistemas, sete Programadores e um Consultor.

Atividades de Apoio

A Coordenadoria de Informática prestou apoio a diversos órgãos, entre eles:

- Corregedoria Geral da Justiça: suporte à implantação do Sistema de Controle de Recursos Humanos – TJRH; treinamento de pessoal para o uso dos sistemas existentes; manutenção do sistema de Controle de Comarcas – TJCO, suporte ao uso de microcomputadores, e administração do Sistema de Controle de Processos de 1^a Instância.
- Coordenação de Recursos Humanos, definição de estrutura organizacional e atribuições da Coordenadoria, treinamento de pessoal em editores de texto, para uso de microcomputadores.
- Departamento Administrativo e Pessoal: apoio à implantação do Sistema de Controle de Recursos Humanos – TJRH, instalação de dois microcomputadores, aumento do número de terminais de vídeo, visando ao aprimoramento da utilização do Sistema TJRH, treinamento de pessoal para uso de processamento de dados, suporte ao uso de microcomputadores e apoio à digitação e conferência do cadastro de magistrados e funcionários.
- Biblioteca: implantação de Terminal de Vídeo e Impressora para ligação ao Prodasel, possibilitando o acesso aos Bancos de Dados dos Tribunais Federais e Senado, e treinamento de pessoal para uso do sistema.
- Departamentos Cível e Criminal: apoio à implantação do Sistema de Controle de Processos de 2^a Instância – JUD e ao Processador de Textos – SPT; treinamento de Pessoal.
- Departamento de Jurisprudência: apoio à implantação do Sistema de Jurisprudência – JURIS e ao Processador de Textos – SPT; e treinamento de pessoal.
- Departamento Financeiro: elaboração de planilhas financeiras, suporte à preparação de orçamentos e apoio no uso de processamento de dados.
- Assessorias – Cerimonial e Imprensa: geração e edição de malas diretas e treinamento de pessoal em editor de texto, para uso de microcomputadores.

Viagens Técnicas Realizadas

Aos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul – para conhecimento do Sistema de Automação de Cartórios; da Bahia e de Minas Gerais – para observação do funcionamento do Juizado de Pequenas Causas.

Viagem a Brasília – para trato de interesses do Poder Judiciário, onde foram estabelecidos os seguintes contatos: Supremo Tribunal Federal, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Informática, Ministério das Relações Exteriores e Instituto Brasileiro de Informática, Ciência e Tecnologia – Órgão vinculado ao CNPq.

Visitas Recebidas

A Coordenadoria de Informática recebeu a visita de magistrados e técnicos dos Tribunais de Justiça da Paraíba, do Piauí, de Alagoas e do Rio Grande do Norte que vieram conhecer a experiência do Poder Judiciário de Pernambuco na informatização de suas atividades.

Participação em Eventos

Seminário Informática (março de 1989, Recife); Seminário de Microcomputação (julho de 1989, Natal); Seminário IBM por Dentro (agosto de 1989, Recife); Congresso Internacional e Feira Nacional de Informática (setembro de 1989, São Paulo).

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Órgão disciplinar da Magistratura, compõe-se de 05 (cinco) membros: Desembargadores Mauro Jordão de Vasconcelos – Presidente; João David de Souza Filho – Vice-Presidente; Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho – Corregedor Geral da Justiça; e os vogais Desembargadores Ovílio Neiva Coêlho e Cláudio Américo de Miranda. A Secretaria é dirigida pela Bela. Judite Alcântara.

A seguir, discriminadas, vão as atividades desenvolvidas no biênio.

Sessões Realizadas:

Ordinárias	68
Extraordinária	01
Total	69

Processos Distribuídos

Ao Exmo. Sr. Des. João David de Souza Filho	223
Ao Exmo. Sr. Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho	222
Ao Exmo. Sr. Des. Ovílio Neiva Coêlho	222
Ao Exmo. Sr. Des. Cláudio Américo de Miranda	155
Total	822

Processos Julgados

Relatados pelos Exmos Srs.	
Des. João David de Souza Filho	253
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho	202
Des. Ovílio Neiva Coêlho	174
Des. Cláudio Américo de Miranda	98
Total	727

JUIZADO ESPECIAL DE PEQUENAS CAUSAS

Inaugurado em novembro de 1989, tem um elevado cunho social e alcançou grande receptividade junto ao público.

Destinado ao julgamento de causas de pequeno valor econômico, que não ultrapassem 20 salários mínimos e envolvam as áreas Civil e Patrimonial, foi instituído através das Leis nºs 10.286 de 04/07/1989 e 10.293 de 12/07/1989, sancionadas pelo Governador Miguel Arraes de Alencar.

O novo Órgão do Poder Judiciário segue a experiência baiana, é informatizado e trouxe, como inovação, o poder de solucionar rapidamente os

casos que demorariam até anos na justiça comum.

O prédio da Rua Belmiro Correia nº 12, Bairro da Encruzilhada, foi reformado e equipado para abrigar o novo Órgão.

Estão à frente do 1º JPC os juízes de Direito José Manoel Zeferino Galvão, João Bosco de Melo e José Gentil Bezerra.

O Colégio Recursal é composto pelos magistrados Jones Figueiredo Alves, Adalberto Melo, José Fernandes de Lemos, Eloy D'Almeida Lins, Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes e Leopoldo de Arruda Raposo.

No quadro a seguir uma demonstração do desempenho do JPC em pouco mais de um mês de atuação.

ESTATÍSTICA NO PERÍODO: 07/11/89 A 31/12/89

Discriminação	ENCERRADOS									
	Apresentados	Concil.	J.Proc.	J.Impr.	Revel.	Ext.Gr	Ext-II	Desist.	Total	Abertos
Alimentos	26	7	0	0	0	3	2	0	12	14
Cobrança de Dívidas	97	39	3	0	0	12	2	7	63	34
Desconstituição e Declar. Nulidade Contrato . . .	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Homologação de Negócio Jurídico Extrajudicial . . .	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indenização Referente a Colisão Veículos	139	56	2	0	1	9	0	11	79	60
Indeniz. p/Reparos Outros Danos Ilícitos	33	11	1	0	0	6	0	2	20	13
Proteção ao Consumidor Lesado	98	41	1	0	1	10	2	4	59	39
Reivindicação/Restit. Bens Móveis Emprestados . . .	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Reivind./Restit. Outros Bens Móveis/Semoventes . . .	16	6	1	0	0	3	0	3	13	3
Relações de Vizinhança	41	21	0	0	0	4	1	6	32	9
Outros	95	39	1	2	0	12	6	4	64	31
TOTAIS	546	221	9	2	2	59	13	37	343	203
Percentuais em Relação aos Apresentados . . .	100.00	40.48	1.65	0.37	0.37	10.81	2.38	6.78	62.82	37.18
Percentuais em Relação aos Encerrados		64.43	2.62	0.58	0.58	17.20	3.79	10.79	100.00	59.18
Desempenho da Conciliação ou Índice Real de Conciliação ==)	89,47%									

CONCIL ==) Processos Conciliados.

J.IMPR ==) Processos Julgados Improcedentes.

EXT.GR ==) Processos Extintos em Geral.

EXT.II ==) Processos cuja competência do Juizado não vai além da Conciliação, quando a Conciliação foi frustrada.

J. PROC ==) Processos Julgados Procedentes.

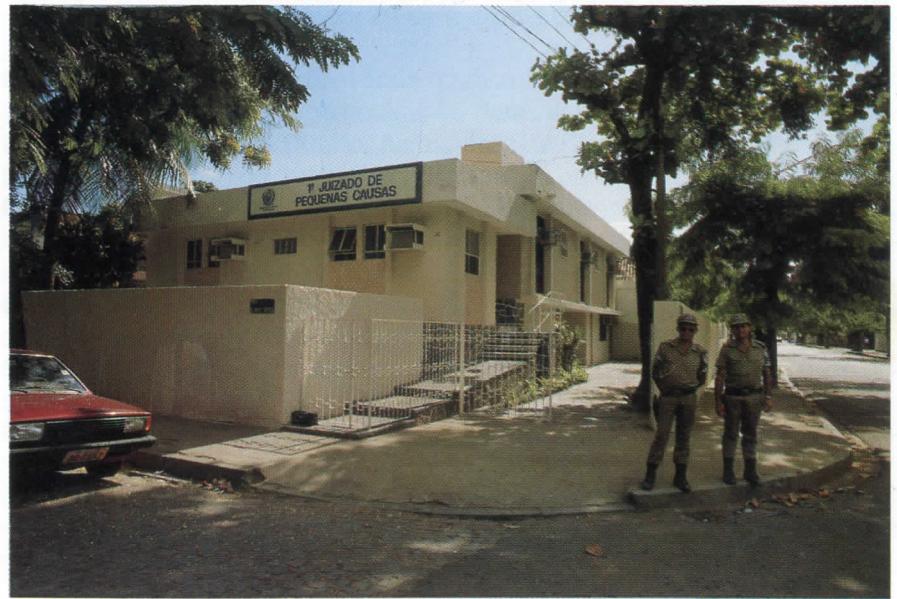
REVEL ==) Processos com Sentença de Revelia.

DESIST. ==) Processos em que houve desistência do autor.

Desempenho da Conciliação ==) Percentual dos Processos Conciliados em relação ao total de Processos Encerrados, excetuando-se os Processos Extintos em geral e as desistências.



1º Juizado Especial de Pequenas Causas



AMBULATÓRIO MÉDICO – ODONTOLÓGICO

Com o objetivo de suprir a carência de atendimento médico aos funcionários do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral, Desembargadores, Juízes da Capital e respectivos dependentes, foi instalado o Ambulatório Médico-Odontológico "Desembargador Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho".

Para que se tornasse realidade, foi reformado o prédio nº 881 da Rua do Espinheiro, adquirido o equipamento necessário e recrutados dos quadros do Governo do Estado e do Município do Recife nove médicos e dois dentistas.

São prestados atendimentos nas áreas de clínica médica, cardiologia, ginecologia, obstetrícia, pediatria, cirurgia e pequenas emergências, além dos serviços odontológicos. Quando necessário, é feito o encaminhamento aos hospitais de grande porte, havendo inclusive uma ambulância doada pelos revendedores da Volkswagen em Pernambuco para o socorro de urgência.

Outras doações foram feitas pelas Lojas Verão, Viana Leal, Santista, Farmácia dos Pobres, Grupos: João Santos (equipamentos da clínica cirúrgi-

ca), Armando Monteiro (equipamentos da clínica médica e pediátrica), Paes Mendonça (equipamentos da clínica ginecológica e obstétrica e parte do material de consumo).

Muitas aquisições foram feitas pelo Tribunal, entre elas a dos móveis: armários (15), poltronas (24), mesas (13), cadeiras (03), painel divisório (05), estante de aço aberta (05), equipo odontológico multicart B (02), micro motor nº 270 (02), cadeira delta "A" (02), contra ângulo standart (02), caneta alta rotação RS-350 (04), unidade auxiliar beta 11 (02), autoclave vertical com câmara dupla para secagem e esterilização (01), refletor reflexo (02), mocho delta (04), compressor (02), peça reta para micro motor (02), mesa para exame clínico (02), eletrocardiógrafo fumbex (01), mini torpedo nac (01), carro de pequenos socorros (01), laringoscópio com jogo de lâminas nargasul (01), completo instrumental odontológico, grande parte do equipamento permanente e material de consumo das Clínicas Médicas e Odontológicas.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Instituída pela Associação dos Magistrados de Pernambuco, seus cursos são oficializados pelo Tribunal de Justiça. Desde a implantação, em 1987, tem como Diretor Geral o Juiz de Direito Nildo Nery dos Santos.

No biênio, foram realizados os seguintes eventos:

Curso de Extensão Jurídica – Módulo II, para bacharéis em Direito. Período: 08 de fevereiro a 18 de março de 1988. Carga horária: 120 horas/aula. Concluintes: 50.

II Curso Sobre Função Judicial – Módulo I, para Juízes de Direito do Interior. Período: 11 de março a 08 de abril de 1988. Carga horária: 08 horas/aulas. Concluintes: 20.

Curso de Relações Humanas no Trabalho, para funcionários e serventuários. Período: 14 a 25 de março de 1988. Carga horária: 16 horas/aula. Concluintes: 42.

II Curso Sobre Função Judicial – Módulo II, para Juízes de Direito do Interior. Período 15 de abril a 06 de maio de 1988. Carga horária: 12 horas/aula. Concluintes: 28.

I Curso Sobre Técnicas de Redação e Conhecimentos Gramaticais, para funcionários e serventuários. Período: 11 a 21 de abril de 1988. Carga horária: 18 horas/aula. Concluintes: 13.

II Curso de Relações Humanas no Trabalho, para funcionários e serventuários. Período: 16 a 27 de maio de 1988. Carga horária: 20 horas/aula. Concluintes: 28.

II Curso de Conhecimentos Gramaticais e Redação Empresarial, para funcionários e serventuários. Período: 06 a 17 de junho de 1988. Carga horária: 25 horas/aula. Concluintes: 30.

Curso de Atualização em Direito Penal, Criminologia e Medicina Legal, para Juízes de Direito. Período: 07 de março a 18 de junho de 1988. Carga horária: 90 horas/aula. Concluintes: 14.

Curso Sobre Linguagem, Informática e Racionalização Judiciária, para Juízes de Direito e bacharéis. Período: 08 de março a 14 de junho de 1988. Carga horária: 60 horas/aula. Concluintes: 20.

Curso de Aprimoramento Deontológico do Magistrado, para Juízes de Direito. Período: 07 de março a 09 de junho de 1988. Carga horária: 90 horas/aula. Concluintes: 12.

II Curso Sobre Função Judicial – Módulo III, para Juízes de Direito do Interior. Período: 20 de maio a 10 de junho de 1988. Carga horária: 14 horas/aula. Concluintes: 23.

Curso Fale em Público – Otto Mariano, para Juízes de Direito, bacharéis e estudantes. Período: 05 a 07 de agosto de 1988. Carga horária: 15 horas/aula. Concluintes: 25.

Curso de Organização de Arquivo, para funcionários e serventuários. Período: 08 a 23 de agosto de 1988. Carga horária: 30 horas/aula. Concluintes: 22.

Curso de Psicologia e Psiquiatria Forense, para Juízes de Direito. Período: 05 a 28 de setembro de 1988. Carga horária: 30 horas/aula.

X Semana de Criminologia e Ciências Afins, para Juízes de Direito, bacharéis e estudantes. Período: 29 de agosto a 02 de setembro de 1988. Carga horária: 20 horas.

Curso de Lógica da Controvérsia, para Juízes de Direito. Período: 05 a 24 de setembro de 1988. Carga horária: 15 horas/aula.

Curso de Filosofia de Direito, para Juízes de Direito. Período 08 de setembro a 13 de outubro de 1988. Carga horária: 15 horas/aula.

Curso de Atualização Constitucional, para Juízes de Direito e bacharéis. Período: 29 de setembro a 11 de novembro de 1988. Carga horária: 60 horas/aula. Concluintes: 16.

Curso de Direito Ecológico, para Juízes de Direito. Período: 18 de outubro a 13 de dezembro de 1988. Carga horária: 15 horas/aula.

Curso de Hermenêutica Jurídica, para Juízes de Direito. Período: 31 de outubro a 08 de novembro de 1988. Carga horária: 15 horas/aula.

Curso de Direito Tributário, para Juízes de Direito. Período: 16 de novembro a 20 de dezembro de 1988. Carga horária: 45 horas/aula.

Curso de Linguagem Vernacular Jurídica, para Juízes de Direito e bacharéis. Período: 22 de novembro a 09 de dezembro de 1988. Carga horária: 15 horas/aula.

II Curso de Iniciação Profissional Judicante, para Juízes de Direito e cém-aprovados em concurso. Período: 03 de janeiro a 13 de março de 1988. Carga horária: 60 horas/aula. Concluintes: 26.

Ciclo de Palestras Sobre “A Nova Constituição”, para funcionários e serventuários. Período: 06 a 09 de março de 1989. Carga horária: 15 horas/aula. Concluintes: 45.

Curso de Atualização Jurídica – Português e Matemática, para funcionários e serventuários. Período: 18 de abril a 25 de maio de 1989. Carga horária: 80 horas/aula. Concluintes: 11.

Simpósio Sobre Direito Agrário, para Juízes de Direito. Período: 06 a 27 de maio de 1989. Carga Horária: 15 horas/aula.

Curso de Direito Urbanístico, para Juízes de Direito. Período: 10 a 24 de maio de 1989. Carga horária: 15 horas/aula.

Seminário Sobre Negócios Jurídicos: Contratos e Atos Unilaterais, para Juízes de Direito e bacharéis. Período: 18 de maio a 05 de junho de 1989. Carga horária: 15 horas/aula. Concluintes: 31.

1º Curso de Preparação à Magistratura, para bacharéis em Direito. Período: 21 de março de 1988 a 04 de agosto de 1989. Inscritos: 73. Carga horária: 760 horas/aula. Concluintes: 15 e 02 alunos-ouvintes.

2º Curso de Preparação à Magistratura, período: agosto de 1988 a dezembro de 1989. Inscritos: 65.

3º Curso de Preparação à Magistratura, iniciado em março de 1989. Inscritos: 50, através de exame seletivo. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 1990.

4º Curso de Preparação à Magistratura, iniciado em 07 de agosto de 1989. Inscritos: 51, através de exame seletivo. Conclusão prevista para 1990.

Cartório Modelo – O Tribunal de Justiça adquiriu todo o material e equipamento necessário ao funcionamento do Cartório Modelo que irá permitir a melhoria do ensino prático oferecido pela Escola da Magistratura, a capacitação e o aperfeiçoamento dos serventuários. Foi inaugurado em dezembro de 1989.



Cartório Modelo

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E PESSOAL

Dirigido pelo Bel. José Ciro da Penha e, posteriormente, pelo Bel. Eduardo Rodrigues Barros, o Departamento objetivou o controle eficiente e atualizado de toda a movimentação dos quadros de pessoal deste Tribunal, bem como da Magistratura no Estado. Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi assegurada autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, acrescendo assim os serviços de controle de pessoal no âmbito estadual, o que aumentou bastante a tramitação de processos administrativos, especificamente os referentes a direitos e deveres dos servidores.

Tendo em vista as modernas diretrizes, foram proporcionadas novas instalações, em amplo espaço, confortáveis mobiliários e máquinas eletrônicas da mais alta tecnologia. A automação, de maneira ampla, dos serviços do Poder Judiciário, ocasionou ainda a elaboração de um Sistema Informatizado de Recursos Humanos (TJRH), através da FISEPE, que se encontra atualmente em fase de implantação.

As estatísticas dos trabalhos realizados durante o biênio, estão a seguir discriminadas:

Comarcas Instaladas	04
Varas Instaladas	06
Remoção de Juízes de Direito – 1 ^a Entrância	20
Remoção de Juízes de Direito – 2 ^a Entrância	14
Remoção de Juízes de Direito – 3 ^a Entrância	10
Promoção de Juízes de Direito – 1 ^a para 2 ^a Entrância por Antigüidade ..	10
Promoção de Juízes de Direito – 1 ^a para 2 ^a Entrância por merecimento ..	10
Promoção de Juízes de Direito – 2 ^a para 3 ^a Entrância por Antigüidade ..	06
Promoção de Juízes de Direito – 2 ^a para 3 ^a Entrância por Merecimento ..	09
Designações de Juízes de Direito	126
Nomeações de Juízes de Direito	35
Aposentadoria de Juízes de Direito	09
Exoneração de Juízes de Direito	05
Falecimento de Juiz de Direito	01
Nomeação para Desembargador – 1988: Desembargador Etério Ramos Galvão Filho em substituição ao Desembargador Hermes Parahyba Júnior.	

Concurso Público realizado:

01

Para os cargos seguintes:

	Nº DE APROVADOS	NOMEADOS
Auxiliar de Assistente de Plenário	638	12
Agente de Segurança	42	11
Auxiliar de Artífice/Electricidade	04	02
Ascensorista	47	05
Oficial de Justiça	10	01

Concurso para Juiz de Direito:

Concluído 01 (com 35 aprovados e nomeados)

Em andamento 01 (com 75 inscrições deferidas)

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EVENTOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES DO INTERIOR DO ESTADO

EVENTOS:	OUTUBRO/88	A	DEZEMBRO/89
Nomeações	108		
Efetivações		10	
Remoções		31	
Promoções/Merecimento		05	
Promoções/Antigüidade		05	
Exonerções		13	
Aposentadorias		41	
TOTAL			213

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EVENTOS FUNCIONAIS DOS SERVENTUÁRIOS DO FÓRUM PAULA BATISTA

EVENTOS:	PERÍODO: BIÊNIO 1988/1989
Nomeações	265
Efetivações	02
Remoções	—
Promoções por Merecimento	05
Promoções por Antigüidade	—
Exonerações	07
Aposentadorias	20
Falecimentos	—
TOTAL	299

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EVENTOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES DO TJ/PE

EVENTOS	PERÍODO: BIÊNIO 1988/1989
Nomeações em Cargos Efetivos	41
Nomeações em Cargos de Comissão	63
Exonerações em Cargos de Comissão	42
Exonerações em Cargos Efetivos	09
Estabilidade Financeira	13
Convênio de Permuta	02
Designações	57
Promoções/Antigüidade	06
Promoções/Merecimento	04
Aposentadorias	08
Falecimento	01
Efetivações	03
TOTAL	249

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EVENTOS FUNCIONAIS DOS SERVENTUÁRIOS DO FÓRUM PAULA BATISTA

EVENTOS:	PERÍODO: BIÊNIO 1988/1989
Nomeações	265
Efetivações	02
Remoções	—
Promoções por Merecimento.....	05
Promoções por Antigüidade	—
Exonerações	07
Aposentadorias	20
Falecimentos	—
TOTAL	299

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EVENTOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES DO TJ/PE

EVENTOS	PERÍODO: BIÊNIO 1988/1989
Nomeações em Cargos Efetivos	41
Nomeações em Cargos de Comissão	63
Exonerações em Cargos de Comissão.....	42
Exonerações em Cargos Efetivos	09
Estabilidade Financeira.....	13
Convênio de Permuta	02
Designações	57
Promoções/Antigüidade	06
Promoções/Merecimento.....	04
Aposentadorias	08
Falecimento	01
Efetivações	03
TOTAL	249

Atendeu a todos quantos para ali se dirigiram, tais como os Magistrados, membros do Ministério Pùblico, Advogados e congêneres, sob a chefia do bibliotecário, Bel. Fernando José Guimarães Carvalho, substituído pela bibliotecária, Bela. Maria do Carmo Guedes de Andrade.

O movimento registrado foi o seguinte:

1	Seção de Referência	
1.1	Empréstimos efetuados	16.500
1.2	Consultas feitas	65.050
2	Catalogação	
2.1	Livros	341
2.2	Fichas datilografadas	2.698
2.3	Artigos de revistas	
2.4	Fichas datilografadas	3.739
2.5	Legislação estadual (fichas datilografadas)	3.533
3	Classificação	
3.1	Livros classificados	341
4	Inserção de fichas	
4.1	Catálogo dicionário	6.437
4.2	Catálogo de Legislação estadual	3.533
5	Consertos gerais	
5.1	Em livros	35
5.2	Em periódicos	23
6	Encadernação	
6.1	Jornais	149
6.2	Revistas	05
7	Revista no Terminal – computação	
7.1	Sistema do Prodases e Sólido	183

8	Aquisição	
8.1	a) compra	
8.1.1	Periódicos (revistas)	77
8.1.2	Boletins (Adcoas, ADV, Jornais, Administrativos, IOB)	565
8.1.3	Livros	78
8.2	b) Doação	
8.2.1	Revistas	368
8.2.2	Livros	263
9	Tombamento	
9.1	Acervo da Biblioteca	16.062

Durante o biênio, a Biblioteca teve o seu acervo bastante acrescido, quer por compra, quer resultante de doações. Foram mantidas as assinaturas dos periódicos: Revista dos Tribunais, Revista de Ciéncia Jurídica, Revista de Direito Pùblico, Lex-Legislação Federal, Boletins: Adcoas de Jurisprudência, IOB, Administrativo, Diário Oficial e da Justiça, da União, Jornal do Commercio, Diario de Pernambuco, assim como estão atualizadas as aquisições das Revistas Forense e de Direito Administrativo.

Instalado um terminal Scopus, como complementação, nesta era da automatização, para pesquisas no Sistema Prodases (Centro de Processamento de Dados do Senado Federal) e no Sólido (Sistema On line de Informações sobre Documentos – Módulo referência legislativa Estadual).

Por outro lado, está se procedendo com a catalogação e classificação de livros e periódicos, e com a catalogação analítica de toda a parte doutrinária desses periódicos, o que vale dizer que, por autor, título e assunto, temos devidamente catalogados e com as respectivas fichas já inseridas no fichário, cerca de 3.739 artigos, o que bem expressa o esforço para a recuperação da informação.

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Dirigido pelo Sr. Gaiber Cordeiro Pires, substituído pela Dra. Maria Aparecida Branco Moreira e esta pela Dra. Andréa Epaminondas Tenório de Brito, efetuou a aquisição, distribuição, controle e manutenção de material, inclusive de todos os impressos para as Secretarias do Tribunal, Conselho da Magistratura e Comarcas do Interior do Estado.

Dentre as publicações, cita-se a impressão de mil exemplares do livro "Reminiscências de um Magistrado", escrito pelo Desembargador José Ferraz Ribeiro do Valle e do "Jornal do Judiciário", num total de 5.500 exemplares em três edições.

Aquisições

Para o Tribunal: painéis divisórios Ladscape (07), mesas (23), balconetes para recepção (03), calculadora eletrônica CX-2181 (01), cadeiras anatômicas giratórias sem braços (26), condicionadores de ar (18), máquinas de escrever eletrônicas (14), editores de texto para máquinas de escrever eletrônicas (05), aparelho KS-GRE (02), máquinas de calcular elétricas (03), porta com duplo giro vai e vem (01), poltronas com braços (20), mesa de reunião retangular (01), armário SM (05), máquinas xerográficas (03).

Para a Biblioteca e o Cartório do Tribunal do Júri: mesas para impressoras (02), mesas para vídeo informática (02), cadeiras anatômicas giratórias (02), cadeira alta giratória (01), poltronas ergus plus (11), portas com fechaduras (02), estantes de aço (06).

Para a Escola Superior da Magistratura: amplificador cignus (01), mix cignus (01), tape-deck (01), caixas de som (02), microfone com pedestal (01), microfone de lapela (01) máquina de calcular eletrônica (01), TV a cores (01), vídeo cassete (01), máquinas de escrever eletrônicas (02), estantes (03), mesas (04), cadeiras (11), poltrona (01), bebedouro (01).

Para os Gabinetes dos Desembargadores: mesas (54) poltronas (102), estantes (22), armários SM (29), condicionadores de ar de 21 mil BTUS (19), cortinas.

Para o Gabinete da Presidência: cortinas, cadeiras (03), pinturas dos artistas – Jaime Cavalcanti (01), Sylvio Pintor (01), Tânia Carneiro Leão (02), Romanelli (01), Paulina Káz (01); mesas em madeira de caviúna (03), armário baixo em caviúna escurecida (01), teleimpressor (01).

Para o Núcleo de Organização e Sistemas: impressoras elebra (04), microcomputadores nexus (04), mesa linha informática CPD (01), microcomputador HAR cobra (01), mesas para máquinas impressoras (06), mesas linha informática STD com Duto (07), multiplexador da marca scopus (01), armários baixos (02), cadeiras giratórias (19), mesas (09), mesas linha informática STD (05), poltrona (01), sofá de dois lugares (01), mesa para telefone (01), cadeiras (18), estabilizadores de 15,0 KVA, completo actível com transformador isolado (06), moldem 96 (12), micronexus (02), micronexus, com os seguintes equipamentos: 01 teclado nexus, s/963 e 01MV-301-A s/ 755 (01), terminais de vídeo e teclados de terminais (03), interface comunicação (01), trans BSC-3, s4 0 (01), MX-Z (01), filtro V-200 (01), impressoras EI-8035 (04), carta certa II (02), ventilador (01), refrigerador (01), estabilizador de 15 KVA, com transformador e isolador monofásico (01), Mux 218, multiplexadores (03), terminais de vídeo (15), MX-3.600-1010 - microcomputador (09), 186V-301 a monitor vídeo (09), impressoras EI-8035 (19), NE-3668 unidades portáteis de fita magnética de 10 MB (10), relógios datadores automáticos (02), moldem marca Park's (01) e cortinas.

Para o Departamento Financeiro: condicionadores de ar (03) e bebedouro (01).

Para a Coordenação de Recursos Humanos: Teclado Musical Eletrônico da Marca Yamaha (01), Surdo Weril (01), Tarol Weril (01), Atabaque (01), Pandeiro Gope (01), Triângulo Taiço (01), Violões Digorgio nº 18 (2), gravadores (02), cortinas.

Para o 1º Juizado de Pequenas Causas: birôs (10), mesas redondas (03), mesas de impressoras (04), armários (06), cadeiras (45), mesas para computadores (04), balcões (03), poltronas (06), máquina de escrever eletrônica (01), condicionadores de ar (08), refrigeradores (02), bebedouro (01), microcomputadores Scopus (05), Impressoras Emilia PC (05).

Para a Sala de Apoio às Taquígrafas e Sala das Sessões: Seletor digital para 20 microfones, misturador de microfones, amplificador de potência, amplificadores integrados (02), gravadores, reprodutores cassete (08), coluna acústica, microfone dinâmico, painel de distribuição com saída para cinco fones, monitoração e chavamento, gravador reproduutor cassete, fone de ouvido (04), caixas acústicas (16), cabos, mixei som 800 (01). Também, foi melhorada a qualidade do som da Sala das Sessões Criminais com a

aquisição de um amplificador AX-100, 1 gravador CD-250, um mixei som 800 e duas caixas acústicas KY c 5 700.

Entre a grande quantidade de material e equipamento adquirido para a Oficina Mecânica da Garagem do Tribunal: cavalete hidráulico para motor talha (01), prensa de 15 toneladas (01), macaco jacaré de 2 toneladas (02), torno de bancada nº 08 (01), compressor de ar de 120 libras tamanho médio (01), lâmpada de ponto de ignição, cinta para segmento, medidor de compressão para motor, ferro de solda médio tipo fenda, jogos de chaves de boca (06), jogos de chaves de fenda (06), alicates para anilha abrir e fechar (02), preguiça para auto passeio (06), jogos de chaves de estria (03), espátulas para desmontagem de pneus (02), jogo de chaves allen de 1, 5 a 10, em L-10-111 33 de 15mm, martelo de borracha, mangueira de alta pressão 5/16, braçadeiras Luca (02), bico alta pressão para pulverização, jogos de chaves tipos diversos (02), alicates (03), chave de vela ampla, pincel 1/2 (jogo com duas peças), marreta de 1kg, talhadeira com punção, tamanho médio, martelo de borracha limatão 3/8 e 5/8, 6 polegadas, esmeril de bancada, arco de serra com cinco lâminas, martelo de birro de 1/2k.

Citem-se ainda os serviços de conservação de móveis e utensílios, a conservação de veículos, e a encadernação de jornais, entre outras atividades de Departamento.

DEPARTAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES

O Departamento de Jurisprudência e Publicações é dirigido pelo Bel. Tertuliano Feitosa Neto.

A Divisão de Publicações recebeu, no biênio, os processos abaixo:

Cíveis	3.793
Crime	2.332
Total	6.125

Do global foram registrados 6.099 processos, sendo 3.773 Cíveis e 2.326 Criminais, sobrando, para o próximo exercício, 26.

Confeccionada no biênio a seguinte quantidade de Livros de Registros de Acórdãos:

Cíveis	200
Crime	118

A Divisão de Jurisprudência publicou no Diário do Poder Judiciário 829 Ementas, dos diversos julgados deste Egrégio Tribunal, assim classificados:

Processo Civil	304
Processo Penal	199
Direito Administrativo	28
Direito Civil	131
Direito Comercial	13
Direito Penal	150
Direito Tributário	04
Total	829

Superior Tribunal de Justiça

Processo Penal	03
----------------------	----

Supremo Tribunal Federal

Processo Civil	05
Processo Penal	20
Direito Administrativo	04
Direito Comercial	01
Direito Penal	02
Total	32
TOTAL DAS EMENDAS DO BIÊNIO ..	864

Sob a orientação do Grupo de Trabalho de Apoio à Comissão de Jurisprudência, fez editar 1.000 volumes do Arquivo Forense, referente ao Vol. LXXII, relativo ao período de 1982 a dezembro de 1985.

A Revista foi distribuída às autoridades Judiciais, Bibliotecas do País e Advogados. Mantida correspondência com importantes Revistas Jurídicas, enviando-se a Jurisprudência deste Tribunal.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Inicialmente esteve sob a direção do Bel. Marcos Antônio Lopes dos Santos Galvão, sucedido pela Bela. Yolanda Nunes Machado Gomes.

Os quadros a seguir demonstram o movimento orçamentário e financeiro no biênio.

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO DE 1988

Atividade Judiciária 02040132008-6	Dotação	Suplementação	Anulação Orç.	Empenhos Emitidos	Anulação de Empenhos	Saldo Orc. Atual
311.100-8-Pessoal Civil	1.063.368.000,00	1.383.770.000,00	-	2.232.195.140,12	934.740,74	215.877.600,62
312.000-7-Mat. de Consumo	100.000.000,00	9.650.000,00	-	65.718.510,07	8.748.792,48	52.680.282,41
313.100-9-Rem. Serv. Pessoais	3.290.000,00	3.000.000,00	-	5.576.713,26	-	713.286,74
312.200-5-Out. Serv. e Encargos	155.960.000,00	21.350.000,00	-	158.679.386,04	6.827.647,55	25.458.261,51
319.200-8-Desp. Exerc. Ant.	200.000,00	-	-	59.546,31	140.453,69	-
325.300-7-Salário Família	3.000.000,00	4.920.000,00	-	7.162.316,21	-	757.683,79
325.500-6-Assist. Médico Hos.	10.000.000,00	-	-	3.300.000,00	-	6.700.000,00
325.900-5-Out. Transf. a Pessoas	74.200.000,00	-	-	5.119.249,95	-	69.080.750,05
412.000-8-Equip. Mat. Permanente	80.000.000,00	42.046.000,00	-	109.150.893,05	3.722.001,61	16.617.108,56
425.000-1-Aquis. Tít. Rep. Cap. Int.	10.000.000,00	-	-	-	-	10.000.000,00
Desenv. Manut. Serv. Informática						
Atividade-02070242.017						
512.000-7-Mat. de Consumo	4.500.000,00	6.000.000,00	-	47.500,00	-	10.452.500,00
313.100-9-Rem. Serv. Pessoais	-	-	-	-	-	-
313.200-5-Out. Serv. e Encargos	36.218.000,00	20.000.000,00	-	48.334.157,06	2.197.641,10	10.081.484,04
412.000-0-Equip. Mat. Permanente	50.315.000,00	-	-	29.283.174,76	3.500.000,00	24.531.825,24
Instalação de um Elevador						
Atividade-02040251083-2						
411.100-5-Obras e Instalações	5.000.000,00	-	-	-	-	5.000.000,00
Construção de uma garagem						
Atividade-02040251082-4						
411.000-5-Obras e Instalações	4.500.000,00	-	-	-	-	4.500.000,00
Encargos com Inativos						
Atividade-15824952005-0						
325.100-4-Inativos	371.890.000,00	712.210.000,00	-	976.157.137,50	-	107.942.862,50
329.200-3-Desp. Exerc. Ant. (Inat.)	8.000,00	-	-	-	-	8.000,00
Total Geral	1.972.449.000,00	2.202.946.000,00	-	3.640.783.724,33	25.930.823,48	560.542.099,15

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO DE 1988

Atividade Judiciária 02040132008-6	Dotação	Suplementação	Anulação Orç.	Empenhos Emitidos	Anulação de Empenhos	Saldo Orç. Atual
311.100-8-Pessoal Civil	1.063.368.000,00	1.383.770.000,00	-	2.232.195.140,12	934.740,74	215.877.600,62
312.000-7-Mat. de Consumo	100.000.000,00	9.650.000,00	-	65.718.510,07	8.748.792,48	52.680.282,41
313.100-9-Rem. Serv. Pessoais	3.290.000,00	3.000.000,00	-	5.576.713,26	-	713.286,74
312.200-5-Out. Serv. e Encargos	155.960.000,00	21.350.000,00	-	158.679.386,04	6.827.647,55	25.458.261,51
319.200-8-Desp. Exerc. Ant.	200.000,00	-	-	59.546,31	140.453,69	-
325.300-7-Salário Família	3.000.000,00	4.920.000,00	-	7.162.316,21	-	757.683,79
325.500-6-Assist. Médico Hos.	10.000.000,00	-	-	3.300.000,00	-	6.700.000,00
325.900-5-Out. Transf. a Pessoas	74.200.000,00	-	-	5.119.249,95	-	69.080.750,05
412.000-8-Equip. Mat. Permanente	80.000.000,00	42.046.000,00	-	109.150.893,05	3.722.001,61	16.617.108,56
425.000-1-Aquis. Tít. Rep. Cap. Int.	10.000.000,00	-	-	-	-	10.000.000,00
Desenv. Manut. Serv. Informática						
Atividade-02070242.017						
512.000-7-Mat. de Consumo	4.500.000,00	6.000.000,00	-	47.500,00	-	10.452.500,00
313.100-9-Rem. Serv. Pessoais	-	-	-	-	-	-
313.200-5-Out. Serv. e Encargos	36.218.000,00	20.000.000,00	-	48.334.157,06	2.197.641,10	10.081.484,04
412.000-0-Equip. Mat. Permanente	50.315.000,00	-	-	29.283.174,76	3.500.000,00	24.531.825,24
Instalação de um Elevador						
Atividade-02040251083-2						
411.100-5-Obras e Instalações	5.000.000,00	-	-	-	-	5.000.000,00
Construção de uma garagem						
Atividade-02040251082-4						
411.000-5-Obras e Instalações	4.500.000,00	-	-	-	-	4.500.000,00
Encargos com Inativos						
Atividade-15824952005-0						
325.100-4-Inativos	371.890.000,00	712.210.000,00	-	976.157.137,50	-	107.942.862,50
329.200-3-Desp. Exerc. Ant. (Inat.)	8.000,00	-	-	-	-	8.000,00
Total Geral	1.972.449.000,00	2.202.946.000,00	-	3.640.783.724,33	25.930.823,48	560.542.099,15

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO DE 1989

Atividade Judiciária 02040132008-6	Dotação	Suplementação	Anulação Orç.	Empenhos Emitidos	Anulação de Empenhos	Saldo Orç. Atual
311.100-8-Pessoal Civil	10.806.624,00	34.500.000,00	-	39.563.798,03	9.219,75	5.752.045,72
312.000-7-Mat. de Consumo	511.532,00	500.000,00	-	1.037.427,23	171.878,94	145.983,71
313.100-9-Rem. Serv. Pessoais	21.646,00	70.000,00	-	64.970,23	-	26.675,77
313.200-5-Out. Serv. e Encargos	1.190.519,00	1.440.000,00	-	2.676.919,44	188.473,14	142.072,70
319.200-8-Desp. Exerc. Ant.	1.000,00	-	-	963,97	-	36,03
325.300-7-Salário Família	62.136,00	122.000,00	-	158.707,10	-	25.428,90
325.500-0-Assist. Médico Hospitalar	80.000,00	-	10.000,00	23.500,00	-	46.500,00
225.900-5-Out. Transf. a Pessoas	897.400,00	-	550.000,00	76.939,49	-	270.460,51
412.000-0-Equip. Mat. Permanente	992.040,00	-	-	1.011.433,98	37.984,10	18.590,12
425.000-1-Aquis. Tít. Rep. Cap. Int.	65.000,00	-	-	10.676,24	-	54.323,76
Desenv. Manut. Serv. de Informática						
Atividade-02070242017						
312.000-7-Mat. de Consumo	95.000,00	-	-	34.279,84	-	60.720,16
313.100-9-Rem. Serv. Pessoais	1.000,00	10.000,00	-	5.320,00	-	5.680,00
313.200-5-Out. e Encargos	615.820,00	350.000,00	-	917.870,23	53.328,68	101.278,45
412.000-0-Equip. Mat. Permanente	557.281,00	-	-	173.028,18	8.531,23	392.784,05
Construção de uma garagem						
Atividade-02040251002-4						
411.000-5-Obras e Instalações	22.000,00	-	-	-	-	22.000,00
Encargos com Inativos						
Atividade-15824952005-0						
325.100-4-Inativos	5.624.500,00	13.600.000,00	1.760.000,00	13.954.014,69	-	3.510.485,31
329.200-2-Des. Exerc. Ant. (Inat.)	289,00	-	-	-	-	289,00
Total Geral	21.543.787,00	50.592.000,00	2.320.000,00	59.709.848,65	469.415,84	10.575.354,19

DEPARTAMENTO JUDICÍARIO CÍVEL

Sob a Direção do Bel. José Mariano da Silva e depois da Bela. Eurídice Cândido Bandeira, registraram-se os seguintes julgamentos no biênio:

DES. ETÉRIO GALVÃO

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
Apelação Cível	105	127	232
Agravo de Instrumento	07	58	65
Embargos Declaratórios	03	15	18
Recursos Ex-Officio	02	02	04
Exceção de Suspeição	01	00	01
TOTAL	118	202	320
DES. PEDRO MALTA			
Apelação Cível	02	18	20
Agravo de Instrumento	00	02	02
TOTAL	02	20	22
DES. DEMÓCRITO REINALDO			
Apelação Cível	61	111	172
Agravo de Instrumento	15	21	36
Embargos Declaratórios	05	03	08
Recursos Ex-Officio	02	01	03
TOTAL	83	136	219
DES. BENILDES RIBEIRO			
Apelação Cível	60	20	80
Agravo de Instrumento	08	04	12
Embargos Declaratórios	03	04	07
Recurso Ex-Officio	01	00	01
TOTAL	72	28	100
DES. AMARO ARAÚJO			
Apelação Cível	06	48	54
Agravo de Instrumento	03	10	13
Embargos Declaratórios	01	01	02
Exceção de Suspeição	01	01	02
TOTAL	11	60	71

DES. SIQUEIRA CAMPOS

Apelação Cível	26	42	68
Agravo de Instrumento	06	03	09
Embargos Declaratórios	02	00	02
Recursos Ex-Officio	02	00	02
TOTAL	36	45	81

DES. FRANCISCO SAMPAIO

Apelação Cível	00	27	27
Agravo de Instrumento	00	02	02
Embargos Declaratórios	00	02	02
TOTAL	00	31	31

DES. BELÉM DE ALENCAR

Apelação Cível	01	00	01
TOTAL	01	00	01

DES. ITAMAR PEREIRA

Apelação Cível	21	19	40
Agravo de Instrumento	12	00	12
Embargos Declaratórios	07	02	09
Recurso Ex-Officio	04	00	04
TOTAL	44	21	65

DES. NAPOLEÃO TAVARES

Apelação Cível	37	83	120
Agravo de Instrumento	06	10	16
Embargos Declaratórios	00	04	04
Recurso Ex-Officio	01	01	02
TOTAL	44	98	142

DES. EDGAR SOBREIRA

Apelação Cível	00	09	09
Agravo de Instrumento	00	01	01
TOTAL	00	10	10

DES. JONES FIGUEIREDO

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
Apelação Cível	00	15	15
Agravo de Instrumento	00	01	01
Embargos Declaratórios	00	01	01
TOTAL.....	00	17	17
DES. MAURO JORDÃO			
Apelação Cível	02	00	02
TOTAL.....	02	00	02
DES. FLORENTINO DE LIMA			
Embargos Declaratórios	01	00	01
TOTAL.....	01	00	01
DES. JOSÉ FERNANDES			
Apelação Cível	00	08	08
Agravo de Instrumento	00	02	02
TOTAL.....	00	10	10

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO	1988	1989	TOTAL
Feitos Julgados	414	678	1092
Sessões Ordinárias.....	38	38	76
Sessões extraordinárias	07	15	22
Termo de não realização de sessão.....	00	00	00

DES. GABRIEL CAVALCANTI

Apelação Cível	119	140	259
Agravo de Instrumento	04	17	21
Embargos Declaratórios	09	05	14
Recurso Ex-Officio	05	01	06
Exceção de Suspeição	01	01	02
TOTAL.....	138	164	302

DES. CLÁUDIO MIRANDA

Apelação Cível	71	57	128
Agravo de Instrumento	03	10	13
Embargos Declaratórios	03	05	08
Recurso Ex-Officio	00	02	02
Exceção de Suspeição	00	01	01
TOTAL.....	77	75	152

DES. WALDEMAR LINS

Apelação Cível	77	75	152
Agravo de Instrumento	05	09	14
Embargos Declaratórios	00	06	06
Recurso Ex-Officio	02	01	03
TOTAL.....	84	91	175

DES. BELÉM DE ALENCAR

Apelação Cível	195	180	375
Agravo de Instrumento	11	19	30
Embargos Declaratórios	12	16	28
Recurso Ex-Officio	03	05	08
Exceção de Suspeição	01	00	01
TOTAL.....	222	220	442

DES. JOSÉ FERNANDES

Apelação Cível	04	08	12
Agravo de Instrumento	00	01	01
Embargos Declaratórios	02	00	02
TOTAL.....	06	09	15

DES. JONES FIGUEIREDO

Apelação Cível	07	06	13
TOTAL.....	07	06	13

DES. ALUIZ TENÓRIO

Apelação Cível
Embargos Declaratórios
TOTAL.....

ANOS		
1988	1989	TOTAL
07	01	08
00	01	01
07	02	09

DES. CARLOS XAVIER

Apelação Cível
Agravo de Instrumento
Embargos Declaratórios
TOTAL.....

21	00	21
07	00	07
07	00	07
35	00	35

DES. ITAMAR PEREIRA

Apelação Cível
Agravo de Instrumento
TOTAL.....

00	10	10
00	01	01
00	11	11

DES. EDGAR SOBREIRA

Apelação Cível
Agravo de Instrumento
Recurso Ex-Ofício
TOTAL.....

13	01	14
01	00	01
01	00	01
15	01	16

DES. SÓCRATES FRANÇA

Apelação Cível
Agravo de Instrumento
Embargos Declaratórios
Recursos Ex-Ofício
TOTAL.....

21	00	21
02	00	02
02	01	03
01	00	01
26	01	27

DES. SIQUEIRA CAMPOS

Apelação Cível
Agravo de Instrumento
TOTAL.....

00	08	08
00	02	02
00	10	10

DES. ETÉRIO GALVÃO

Apelação Cível
TOTAL.....

04	00	04
04	00	04

DES. DORGIVAL VERÇOSA

Apelação Cível
TOTAL.....

04	00	04
04	00	04

DES. CÉLIO MONTENEGRO

Apelação Cível
Agravo de Instrumento
TOTAL.....

ANOS	1988	1989	TOTAL
00	01	01	01
00	01	01	01
00	02	02	02

CONCLUSÃO	1988	1989	TOTAL NO BIÊNIO
Feitos Julgados	625	603	1228
Sessão Ordinária	37	38	75
Sessão Extraordinária	15	12	27
Termo de Não Realização de Sessão.	00	02	02

SEÇÃO CÍVEL

DES. GABRIEL CAVALCANTI

Mandado de Segurança
 Conflito de Competência
 Agravo Regimental no Mandado de Segurança
 Ação Rescisória
 Embargos ao Acórdão na Apelação Cível
 Habeas Corpus
 Embargos Infringentes
 TOTAL

ANOS		
1988	1989	TOTAL
10	15	25
00	01	01
00	01	01
01	02	03
00	02	02
01	01	02
00	01	01
12	23	35

DES. CARLOS XAVIER

Ação Rescisória
 Embargos ao Acórdão
 Embargos Declaratórios nos Embargos ao Acórdão
 TOTAL

01	—	—
01	—	—
01	—	—
03	—	—

DES. JOSÉ FERNANDES

Mandado de Segurança
 Embargos ao Acórdão na Apelação Cível
 TOTAL

—	06	06
—	01	01
—	07	07

DES. DEMÓCRITO REINALDO

Mandado de Segurança
 Embargos ao Acórdão
 Embargos Declaratórios nos Embargos ao Acórdão
na Apelação Cível
 Ação Rescisória
 Embargos ao Acórdão na Apelação Cível
 Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança
 Agravo Regimental no Mandado de Segurança
 Embargos Infringentes na Apelação Cível
 Conflito de Competência
 TOTAL

13	11	24
01	—	01
—	01	01
—	01	01
—	01	01
02	02	04
01	—	01
—	02	02
01	—	01
18	18	36

DES. BELÉM DE ALENCAR

Mandado de Segurança
 Habeas Corpus
 Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança
 Conflito de Competência
 Ação Rescisória
 Agravo Regimental no Mandado de Segurança
 Embargos ao Acórdão na Apelação Cível
 TOTAL

ANOS		
1988	1989	TOTAL
14	17	31
—	01	01
00	02	02
01	01	02
02	01	03
02	01	03
—	02	02
19	25	44

DES. ETÉRIO GALVÃO

Mandado de Segurança
 Habeas Corpus
 Embargos ao Acórdão na Apelação Cível
 Ação Rescisória
 Conflito de Competência
 TOTAL

19	08	27
02	—	02
—	02	02
01	—	01
—	01	01
22	11	33

DES. AMARO ARAÚJO

Mandado de Segurança
 Habeas Corpus
 Embargos Infringentes na Apelação Cível
 Agravo Regimental no Mandado de Segurança
 TOTAL

05	06	11
01	—	01
—	02	02
01	06	07
07	14	21

DES. NAPOLEÃO TAVARES

Mandado de Segurança
 Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança
 Agravo Regimental no Mandado de Segurança
 Habeas Corpus
 Embargos ao Acórdão na Apelação Cível
 Ação Rescisória
 Conflitos de Competência
 TOTAL

02	06	08
—	01	01
—	03	03
—	01	01
01	02	03
—	01	01
02	—	02
05	14	19

DES. ITAMAR PEREIRA

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
Mandado de Segurança	12	05	17
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	02	—	02
Ação Rescisória	01	01	02
Conflito de Competência	03	—	03
Embargos Declaratórios na Ação Rescisória	01	—	01
TOTAL	19	06	25

DES. SÓCRATES FRANÇA

Conflito de Competência	01	—	01
Ação Rescisória	01	—	01
TOTAL	02	—	02

DES. WALDEMAR LINS

Mandado de Segurança	18	12	30
Ação Rescisória	—	04	04
Conflito de Competência	—	04	01
Habeas Corpus	01	—	01
Embargos ao Acórdão na Apelação Cível	—	01	01
Embargos Declaratórios na Ação Rescisória	—	01	01
Embargos Infringentes	—	02	02
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança	01	—	01
TOTAL	20	21	41

DES. FRANCISCO SAMPAIO

Agravo Regimental no Mandado de Segurança	—	02	02
Mandado de Segurança	—	04	04
TOTAL	—	06	06

DES. DORGIVAL VERÇOSA

Mandado de Segurança	03	—	03
TOTAL	03	—	03

DÉS. SIQUEIRA CAMPOS

Mandado de Segurança	02	02	04
Embargos ao Acórdão	01	—	01
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	01	01	02
TOTAL	04	03	07

DES. JONES FIGUEIREDO

Mandado de Segurança	03	—	03
TOTAL	03	—	03

DES. PEDRO MALTA

Mandado de Segurança	—	03	03
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	—	01	01
Embargos ao Acórdão na Apelação Cível	—	03	03
TOTAL	—	07	07

DES. CLÁUDIO MIRANDA

Embargos Infringentes na Apelação Cível	01	—	01
Mandado de Segurança	05	04	09
Habeas Corpus	01	01	02
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	02	02	04
Agravo Regimental na Ação Rescisória	02	—	02
Agravo Regimental na Apelação Cível	01	—	01
TOTAL	12	07	19

DES. BENILDES RIBEIRO

Mandado de Segurança	11	03	14
Habeas Corpus	01	—	01
Conflito de Competência	01	—	01
TOTAL	13	03	16

DES. EDGAR SOBREIRA

Mandado de Segurança	01	01	02
Habeas Corpus	01	02	03
TOTAL	02	03	05

DES. ALUIZ TENÓRIO

Ação Rescisória	01	—	01
TOTAL	01	—	01

DES. LEOPOLDO RAPOSO

Mandado de Segurança	—	01	01
TOTAL	—	01	01

CONCLUSÃO

	1988	1989	TOTAL
Feitos Julgados	165	169	334
Sessões Ordinárias	37	36	73
Sessões Extraordinárias	0	0	0
Termo de não Realização de Sessão	02	0	02

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CRIMINAL

Dirigido pela Bela. Dione Vasconcelos Esteves, registrou os dados a seguir:

JULGAMENTOS REALIZADOS

1988

CÂMARA CRIMINAL

DESEMBARGADORES	APELAÇÃO CRIME	RECURSOS DIVERSOS	DESAFORAMENTO	REC. CRIME DE HABEAS CORPUS	EMBARGOS	PEDIDOS DIVERSOS	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	CARTA TESTEMUNHÁVEL	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	51	08	02	11	01	-	01	-	74
Otflio Neiva Coêlho	61	19	01	13	01	-	-	-	95
Geraldo Magela Dantas Campos	54	11	01	06	-	-	-	-	72
João David de Souza Filho	49	19	-	07	01	-	-	01	77
Antonio de Brito Alves	56	16	01	07	02	02	-	-	84
José Martins de Souza Leão	08	04	-	-	-	-	-	-	12
Nildo Nery dos Santos	09	03	-	-	-	-	-	-	12
Agenor Ferreira Lima	05	01	-	-	-	-	-	-	06
Francisco Rodrigues dos Santos	01	-	-	-	-	-	-	-	01
SUB-TOTAL	294	81	05	44	05	02	01	01	433

Processos Julgados 433

Sessões Realizadas Ordinárias 39

SEÇÃO CRIMINAL

DESEMBARGADORES	HABEAS CORPUS	REVISÃO CRIMINAL	RECURSO C. DE H. CORPUS	RECURSO ORDINÁRIO	MANDADO DE SEGURANÇA	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	65	02	02	-	-	01	70
Otflio Neiva Coêlho	95	04	01	-	-	02	102
Geraldo Magela Dantas Campos	108	04	01	-	-	01	114
João David de Souza Filho	65	01	-	01	01	-	68
Antonio de Brito Alves	131	10	-	-	-	03	144
José Martins de Souza Leão	09	-	-	-	-	-	09
Francisco Rodrigues dos Santos	11	-	-	-	-	-	11
Nildo Nery dos Santos	05	01	-	-	-	-	06
SUB-TOTAL	489	22	04	01	01	07	524

Processos Julgados 524

Sessões Realizadas:

Ordinárias 38

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CRIMINAL

Dirigido pela Bela. Dione Vasconcelos Esteves, registrou os dados a seguir:

**JULGAMENTOS REALIZADOS
1988
CÂMARA CRIMINAL**

DESEMBARGADORES	APELAÇÃO CRIME	RECURSOS DIVERSOS	DESAFOLAMENTO	REC. CRIME DE HABEAS CORPUS	EMBARGOS	PEDIDOS DIVERSOS	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	CARTA TESTEMUNHÁVEL	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	51	08	02	11	01	-	01	-	74
Otfílio Neiva Coêlho	61	19	01	13	01	-	-	-	95
Geraldo Magela Dantas Campos	54	11	01	06	-	-	-	01	72
João David de Souza Filho	49	19	-	07	01	-	-	-	77
Antônio de Brito Alves	56	16	01	07	02	02	-	-	84
José Martins de Souza Leão	08	04	-	-	-	-	-	-	12
Nildo Nery dos Santos	09	03	-	-	-	-	-	-	12
Agenor Ferreira Lima	05	01	-	-	-	-	-	-	06
Francisco Rodrigues dos Santos	01	-	-	-	-	-	-	-	01
SUB-TOTAL	294	81	05	44	05	02	01	01	433

Processos Julgados 433
 Sessões Realizadas Ordinárias 39

SEÇÃO CRIMINAL

DESEMBARGADORES	HABEAS CORPUS	REVISÃO CRIMINAL	RECURSO C. DE H. CORPUS	RECURSO ORDINÁRIO	MANDADO DE SEGURANÇA	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	65	02	02	-	-	01	70
Otfílio Neiva Coêlho	95	04	01	-	-	02	102
Geraldo Magela Dantas Campos	108	04	01	-	-	01	114
João David de Souza Filho	65	01	-	01	01	-	68
Antônio de Brito Alves	131	10	-	-	-	03	144
José Martins de Souza Leão	09	-	-	-	-	-	09
Francisco Rodrigues dos Santos	11	-	-	-	-	-	11
Nildo Nery dos Santos	05	01	-	-	-	-	06
SUB-TOTAL	489	22	04	01	01	07	524

Processos Julgados 524
 Sessões Realizadas:
 Ordinárias 38

JULGAMENTOS REALIZADOS

1989

CÂMARA CRIMINAL

DESEMBARGADORES	APELAÇÃO CRIME	RECURSOS DIVERSOS	DESAFORAMENTO	RECURSO C. H. CORPUS	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	CARTA TESTEMUNHÁVEL	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	60	15	01	03	01	-	-	80
Otflio Neiva Coêlho	93	16	02	08	01	-	-	120
Geraldo Magela Dantas Campos	115	22	02	10	01	-	-	150
João David de Souza Filho	52	23	-	03	01	01	-	80
Antonio de Brito Alves	192	26	03	15	01	-	01	238
Waldemir Oliveira Lins	02	-	-	-	-	-	-	02
José Martins de Souza Leão	19	02	-	-	-	-	-	21
Francisco Rodrigues dos Santos	13	02	-	-	-	-	-	15
Nílido Nery dos Santos	05	02	02	-	-	-	-	09
SUB-TOTAL	551	108	10	39	05	01	01	715

Processos Julgados 715
 Sessões Realizadas:
 Ordinárias 40
 Extraordinárias 01

SEÇÃO CRIMINAL

DESEMBARGADORES	HABEAS CORPUS	REVISÃO CRIMINAL	RECURSO CRIME DE HABEAS CORPUS	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	MANDADO DE SEGURANÇA	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	76	02	01	-	01	80
Otflio Neiva Coêlho	99	-	-	05	-	104
Geraldo Magela Dantas Campos	84	01	01	02	01	89
João David de Souza Filho	84	01	-	01	-	86
Antonio de Brito Alves	86	-	01	01	-	88
Nílido Nery dos Santos	06	-	-	-	-	06
Agenor Ferreira Lima	10	-	-	-	-	10
José Martins de Souza Leão	13	-	-	-	-	13
Waldemir Oliveira Lins	01	-	-	-	-	01
SUB-TOTAL	459	04	03	09	02	477

Processos Julgados 477
 Sessões Realizadas:
 Ordinárias 37

FEITOS PROCESSADOS NO TRIBUNAL

	1988	1989	TOTAL
Ação Popular.....	03	01	04
Ação Rescisória.....	17	16	33
Agravo Desp. Den. Rec. Extraordinário.....	37	23	60
Agravo de Instrumento.....	110	77	187
Apelação Cível	945	539	1.484
Apelação Crime.....	400	203	603
Argüição de Relevância.....	14	14	28
Carta Testemunhável	—	01	01
Conflito de Competência.....	08	08	16
Denúncia.....	01	02	03
Desaforamento	08	04	12
Exceção de Suspeição.....	06	07	13
Habeas Corpus	525	385	910
Impugnação ao Valor da Causa.....	04	—	04
Mandado de Segurança.....	263	173	436
Medida Cautelar Preventiva	01	—	01
Pedido de Suspeição Exec. de Liminar.....	07	07	14
Pedido de Suspeição Exec. de Sentença.....	03	01	04

	1988	1989	TOTAL
Queixa Crime.....	01	01	02
Reclamação	02	01	03
Recurso Administrativo	—	—	—
Recurso Crime de Habeas Corpus	48	33	81
Recurso "Ex-Ofício".....	09	08	17
Recursos Crimes Diversos	98	64	162
Representação.....	—	01	01
Representação Criminal	12	02	14
Revisão Criminal	13	03	16
Rec. Oriundo do Cons. da Magistratura	05	35	40
Mandado de Injunção	—	01	01
Ação Penal	—	17	17
Recurso de Revista	—	01	01
Medida Cautelar Inominada.....	—	02	02
Exceção Incompetência	—	01	01
Oposição de Intervenção de Terceiros.....	—	—	01
TOTAL.....	—	—	4.172

FEITOS PROCESSADOS NO TRIBUNAL

	1988	1989	TOTAL
Ação Popular.....	03	01	04
Ação Rescisória.....	17	16	33
Agravo Desp. Den. Rec. Extraordinário.....	37	23	60
Agravo de Instrumento.....	110	77	187
Apelação Cível	945	539	1.484
Apelação Crime.....	400	203	603
Argüição de Relevância.....	14	14	28
Carta Testemunhável	—	01	01
Conflito de Competência.....	08	08	16
Denúncia.....	01	02	03
Desaforamento	08	04	12
Exceção de Suspeição.....	06	07	13
Habeas Corpus	525	385	910
Impugnação ao Valor da Causa.....	04	—	04
Mandado de Segurança.....	263	173	436
Medida Cautelar Preventiva	01	—	01
Pedido de Suspeição Exec. de Liminar.....	07	07	14
Pedido de Suspeição Exec. de Sentença.....	03	01	04

	1988	1989	TOTAL
Queixa Crime.....	01	01	02
Reclamação	02	01	03
Recurso Administrativo	—	—	—
Recurso Crime de Habeas Corpus	48	33	81
Recurso "Ex-Officio"	09	08	17
Recursos Crimes Diversos	98	64	162
Representação.....	—	01	01
Representação Criminal	12	02	14
Revisão Criminal	13	03	16
Rec. Oriundo do Cons. da Magistratura	05	35	40
Mandado de Injunção	—	01	01
Ação Penal	—	17	17
Recurso de Revista	—	01	01
Medida Cautelar Inominada.....	—	02	02
Exceção Incompetência	—	01	01
Oposição de Intervenção de Terceiros.....	—	—	01
TOTAL.....	—	—	4.172

JULGAMENTOS REALIZADOS

TRIBUNAL PLENO

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
DES. MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS			
Processos Administrativos	05	05	10
DES. JOÃO DAVID DE SOUZA			
Mandado de Segurança	01	01	02
DES. CARLOS XAVIER			
Mandado de Segurança	02	00	02
DES. OTÍLIO NEIVA			
Rec. Orig. do Conselho da Mag.	01	00	01
DES. GERALDO CAMPOS			
Mandado de Segurança	06	01	07
Conflito de Competência	01	00	01
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	02	01	03
TOTAL	09	02	11
DES. ETÉRIO GALVÃO			
Mandado de Segurança	03	02	05
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	00	01	01
Inconstitucionalidade na Apelação Cível	00	01	01
TOTAL	03	04	07
DES. SOUZA LEÃO			
Mandado de Segurança	01	00	01
DES. BELÉM DE ALENCAR			
Mandado de Segurança	04	04	08
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	00	02	02
Emb. ao Acórdão na Ação Rescisória	00	01	01
Ação Penal	00	01	01
TOTAL	04	08	12
DES. DEMÓCRITO REINALDO			
Mandado de Segurança	06	00	06
Processo de Denúncia	00	01	01
TOTAL	06	01	07

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
DES. BENILDES RIBEIRO			
Mandado de Segurança	08	00	08
TOTAL	08	00	08
DES. WALDEMAR LINS			
Mandado de Segurança	06	10	16
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança	00	01	01
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	00	02	02
TOTAL	06	13	19
DES. ITAMAR PEREIRA			
Mandado de Segurança	01	05	06
Embargos ao Acórdão na Ação Rescisória	01	01	02
TOTAL	02	06	08
DES. NELSON ARRUDA			
Mandado de Segurança	02	04	06
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	01	00	01
TOTAL	03	04	07
DES. EDGAR SOBREIRA			
Mandado de Segurança	02	00	02
TOTAL	02	00	02
DES. GABRIEL CAVALCANTI			
Mandado de Segurança	02	03	05
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança	01	01	02
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	01	00	01
Inconstitucionalidade na Apelação Cível	00	01	01
TOTAL	04	05	09
DES. CLÁUDIO MIRANDA			
Mandado de Segurança	01	02	03
Ação Penal	00	01	01
TOTAL	01	03	04

JULGAMENTOS REALIZADOS

TRIBUNAL PLENO

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
DES. MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS			
Processos Administrativos	05	05	10
DES. JOÃO DAVID DE SOUZA			
Mandado de Segurança	01	01	02
DES. CARLOS XAVIER			
Mandado de Segurança	02	00	02
DES. OTÍLIO NEIVA			
Rec. Orig. do Conselho da Mag.	01	00	01
DES. GERALDO CAMPOS			
Mandado de Segurança	06	01	07
Conflito de Competência	01	00	01
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	02	01	03
TOTAL	09	02	11
DES. ETÉRIO GALVÃO			
Mandado de Segurança	03	02	05
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	00	01	01
Inconstitucionalidade na Apelação Cível	00	01	01
TOTAL	03	04	07
DES. SOUZA LEÃO			
Mandado de Segurança	01	00	01
DES. BELÉM DE ALENCAR			
Mandado de Segurança	04	04	08
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	00	02	02
Emb. ao Acórdão na Ação Rescisória	00	01	01
Ação Penal	00	01	01
TOTAL	04	08	12
DES. DEMÓCRITO REINALDO			
Mandado de Segurança	06	00	06
Processo de Denúncia	00	01	01
TOTAL	06	01	07

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
DES. BENILDES RIBEIRO			
Mandado de Segurança	08	00	08
TOTAL	08	00	08
DES. WALDEMAR LINS			
Mandado de Segurança	06	10	16
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança	00	01	01
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	00	02	02
TOTAL	06	13	19
DES. ITAMAR PEREIRA			
Mandado de Segurança	01	05	06
Embargos ao Acórdão na Ação Rescisória	01	01	02
TOTAL	02	06	08
DES. NELSON ARRUDA			
Mandado de Segurança	02	04	06
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	01	00	01
TOTAL	03	04	07
DES. EDGAR SOBREIRA			
Mandado de Segurança	02	00	02
TOTAL	02	00	02
DES. GABRIEL CAVALCANTI			
Mandado de Segurança	02	03	05
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança	01	01	02
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	01	00	01
Inconstitucionalidade na Apelação Cível	00	01	01
TOTAL	04	05	09
DES. CLÁUDIO MIRANDA			
Mandado de Segurança	01	02	03
Ação Penal	00	01	01
TOTAL	01	03	04

JULGAMENTOS REALIZADOS

TRIBUNAL PLENO

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
DES. MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS			
Processos Administrativos	05	05	10
DES. JOÃO DAVID DE SOUZA			
Mandado de Segurança	01	01	02
DES. CARLOS XAVIER			
Mandado de Segurança	02	00	02
DES. OTÍLIO NEIVA			
Rec. Orig. do Conselho da Mag.	01	00	01
DES. GERALDO CAMPOS			
Mandado de Segurança	06	01	07
Conflito de Competência	01	00	01
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	02	01	03
TOTAL	09	02	11
DES. ETÉRIO GALVÃO			
Mandado de Segurança	03	02	05
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	00	01	01
Inconstitucionalidade na Apelação Cível	00	01	01
TOTAL	03	04	07
DES. SOUZA LEÃO			
Mandado de Segurança	01	00	01
DES. BELÉM DE ALENCAR			
Mandado de Segurança	04	04	08
Emb. Decl. no Mandado de Segurança	00	02	02
Emb. ao Acórdão na Ação Rescisória	00	01	01
Ação Penal	00	01	01
TOTAL	04	08	12
DES. DEMÓCRITO REINALDO			
Mandado de Segurança	06	00	06
Processo de Denúncia	00	01	01
TOTAL	06	01	07

	ANOS		
	1988	1989	TOTAL
DES. BENILDES RIBEIRO			
Mandado de Segurança	08	00	08
TOTAL	08	00	08
DES. WALDEMAR LINS			
Mandado de Segurança	06	10	16
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança	00	01	01
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	00	02	02
TOTAL	06	13	19
DES. ITAMAR PEREIRA			
Mandado de Segurança	01	05	06
Embargos ao Acórdão na Ação Rescisória	01	01	02
TOTAL	02	06	08
DES. NELSON ARRUDA			
Mandado de Segurança	02	04	06
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	01	00	01
TOTAL	03	04	07
DES. EDGAR SOBREIRA			
Mandado de Segurança	02	00	02
TOTAL	02	00	02
DES. GABRIEL CAVALCANTI			
Mandado de Segurança	02	03	05
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança	01	01	02
Agravo Regimental no Mandado de Segurança	01	00	01
Inconstitucionalidade na Apelação Cível	00	01	01
TOTAL	04	05	09
DES. CLÁUDIO MIRANDA			
Mandado de Segurança	01	02	03
Ação Penal	00	01	01
TOTAL	01	03	04

JULGAMENTOS REALIZADOS

TRIBUNAL PLENO

DES. MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS

Processos Administrativos

ANOS		
1988	1989	TOTAL
05	05	10

DES. JOÃO DAVID DE SOUZA

Mandado de Segurança

1988	1989	TOTAL
01	01	02

DES. CARLOS XAVIER

Mandado de Segurança

1988	1989	TOTAL
02	00	02

DES. OTÍLIO NEIVA

Rec. Orig. do Conselho da Mag.....

1988	1989	TOTAL
01	00	01

DES. GERALDO CAMPOS

Mandado de Segurança

1988	1989	TOTAL
06	01	07

Conflito de Competência

Emb. Decl. no Mandado de Segurança.....

1988	1989	TOTAL
01	00	01

TOTAL.....

1988	1989	TOTAL
09	02	11

DES. ETÉRIO GALVÃO

Mandado de Segurança

1988	1989	TOTAL
03	02	05

Emb. Decl. no Mandado de Segurança.....

Inconstitucionalidade na Apelação Cível.....

1988	1989	TOTAL
00	01	01

TOTAL.....

1988	1989	TOTAL
03	04	07

DES. SOUZA LEÃO

Mandado de Segurança

1988	1989	TOTAL
01	00	01

DES. BELÉM DE ALENCAR

Mandado de Segurança

1988	1989	TOTAL
04	04	08

Emb. Decl. no Mandado de Segurança.....

Emb. ao Acórdão na Ação Rescisória.....

1988	1989	TOTAL
00	02	02

Ação Penal

TOTAL.....

1988	1989	TOTAL
00	01	01

1988	1989	TOTAL
00	01	01

1988	1989	TOTAL
06	01	07

DES. BENILDES RIBEIRO

Mandado de Segurança

TOTAL.....

DES. WALDEMAR LINS

Mandado de Segurança

Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.....

Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura.....

TOTAL.....

DES. ITAMAR PEREIRA

Mandado de Segurança

Embargos ao Acórdão na Ação Rescisória.....

TOTAL.....

DES. NELSON ARRUDA

Mandado de Segurança

Agravo Regimental no Mandado de Segurança.....

TOTAL.....

DES. EDGAR SOBREIRA

Mandado de Segurança

TOTAL.....

DES. GABRIEL CAVALCANTI

Mandado de Segurança

Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.....

Agravo Regimental no Mandado de Segurança.....

Inconstitucionalidade na Apelação Cível.....

TOTAL.....

DES. CLÁUDIO MIRANDA

Mandado de Segurança

Ação Penal

TOTAL.....

ANOS		
1988	1989	TOTAL
08	00	08
08	00	08

1988	1989	TOTAL
06	10	16
00	01	01
00	02	02
06	13	19

1988	1989	TOTAL
01	05	06
01	01	02
02	06	08

1988	1989	TOTAL
02	04	06
01	00	01
03	04	07

1988	1989	TOTAL
02	00	02
02	00	02
02	00	02

1988	1989	TOTAL
02	03	05
01	01	02
01	00	01
04	05	09

1988	1989	TOTAL
01	02	03
00	01	01
01	03	04

**JULGAMENTOS REALIZADOS
BIÊNIO 1988/1989**

DES. SIQUEIRA CAMPOS			
Mandado de Segurança	01	00	01
Agravo Regimental no Mandado de Segurança.....	02	00	02
TOTAL.....	03	00	03
DES. AMARO ARAÚJO			
Mandado de Segurança	03	01	04
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.	00	02	02
TOTAL.....	03	03	06
DES. JONES FIGUEIREDO			
Mandado de Segurança	01	00	01
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.	00	01	01
TOTAL.....	01	01	02
DES. PEDRO MALTA			
Mandado de Segurança	-	02	02
TOTAL.....	-	02	02
DES. NAPOLEÃO TAVARES			
Mandado de Segurança	-	03	03
TOTAL.....	-	03	03
DES. FRANCISCO SAMPAIO			
Mandado de Segurança	-	01	01
TOTAL.....	-	01	01
DES. NILDO NERY			
Mandado de Segurança	-	01	01
TOTAL.....	-	01	01

ANOS			TOTAL
	1988	1989	
	01	00	01
	02	00	02
	03	00	03
	03	01	04
	00	02	02
	03	03	06
	01	00	01
	00	01	01
	01	01	02
	-	02	02
	-	02	02
	-	03	03
	-	03	03
	-	01	01
	-	01	01
	-	01	01
	-	01	01

TOTAL FEITOS CONTENCIOSOS	4.931
Câmaras Cíveis	2.654
Câmaras Criminais	2.149
Tribunal Pleno	128
TOTAL FEITOS ADMINISTRATIVOS	298
TOTAL GERAL.....	5.229

**QUADRO ESTATÍSTICO DO MOVIMENTO FORENSE NO ESTADO
JANEIRO/88 A SETEMBRO/89**

	Sentenças Proferidas	Feitos em andamento
1 ^a Entrância	1988 6108 1989 7381 Total 13489	27.609
2 ^a Entrância	1988 15162 1989 15842 Total 31004	110.586
3 ^a Entrância	1988 16403 1989 16260 Total 32663	146.421
TOTAL GERAL NAS TRÊS ENTRÂNCIAS	77156	284.616

CONCLUSÃO	1988	1989	TOTAL
Feitos Julgados	65	63	128
Sessões Ordinárias.....	39	37	76
Sessões Extraordinárias	00	00	00
Sessões Solenes	02	01	03

**JULGAMENTOS REALIZADOS
BIÊNIO 1988/1989**

	ANOS		TOTAL
	1988	1989	
DES. SIQUEIRA CAMPOS			
Mandado de Segurança	01	00	01
Agravo Regimental no Mandado de Segurança.....	02	00	02
TOTAL.....	03	00	03
DES. AMARO ARAÚJO			
Mandado de Segurança	03	01	04
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.	00	02	02
TOTAL.....	03	03	06
DES. JONES FIGUEIREDO			
Mandado de Segurança	01	00	01
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.	00	01	01
TOTAL.....	01	01	02
DES. PEDRO MALTA			
Mandado de Segurança	-	02	02
TOTAL.....	-	02	02
DES. NAPOLEÃO TAVARES			
Mandado de Segurança	-	03	03
TOTAL.....	-	03	03
DES. FRANCISCO SAMPAIO			
Mandado de Segurança	-	01	01
TOTAL.....	-	01	01
DES. NILDO NERY			
Mandado de Segurança	-	01	01
TOTAL.....	-	01	01

CONCLUSÃO	1988	1989	TOTAL
Feitos Julgados	65	63	128
Sessões Ordinárias.....	39	37	76
Sessões Extraordinárias	00	00	00
Sessões Solenes	02	01	03

TOTAL FEITOS CONTENCIOSOS	4.931
Câmaras Cíveis	2.654
Câmaras Criminais	2.149
Tribunal Pleno	128
TOTAL FEITOS ADMINISTRATIVOS.....	298
TOTAL GERAL.....	5.229

**QUADRO ESTATÍSTICO DO MOVIMENTO FORENSE NO ESTADO
JANEIRO/88 A SETEMBRO/89**

	Sentenças Proferidas	Feitos em andamento
1 ^a Entrância	1988	6108
	1989	7381
	Total	13489
2 ^a Entrância	1988	15162
	1989	15842
	Total	31004
3 ^a Entrância	1988	16403
	1989	16260
	Total	32663
TOTAL GERAL NAS TRÊS ENTRÂNCIAS		284.616

**JULGAMENTOS REALIZADOS
BIÊNIO 1988/1989**

	ANOS		TOTAL
	1988	1989	
DES. SIQUEIRA CAMPOS			
Mandado de Segurança	01	00	01
Agravo Regimental no Mandado de Segurança.....	02	00	02
TOTAL.....	03	00	03
DES. AMARO ARAÚJO			
Mandado de Segurança	03	01	04
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.	00	02	02
TOTAL.....	03	03	06
DES. JONES FIGUEIREDO			
Mandado de Segurança	01	00	01
Embargos Declaratórios no Mandado de Segurança.	00	01	01
TOTAL.....	01	01	02
DES. PEDRO MALTA			
Mandado de Segurança	-	02	02
TOTAL.....	-	02	02
DES. NAPOLEÃO TAVARES			
Mandado de Segurança	-	03	03
TOTAL.....	-	03	03
DES. FRANCISCO SAMPAIO			
Mandado de Segurança	-	01	01
TOTAL.....	-	01	01
DES. NILDO NERY			
Mandado de Segurança	-	01	01
TOTAL.....	-	01	01

CONCLUSÃO	1988	1989	TOTAL
Feitos Julgados	65	63	128
Sessões Ordinárias.....	39	37	76
Sessões Extraordinárias	00	00	00
Sessões Solenes	02	01	03

TOTAL FEITOS CONTENCIOSOS	4.931
Câmaras Cíveis	2.654
Câmaras Criminais	2.149
Tribunal Pleno	128
TOTAL FEITOS ADMINISTRATIVOS.....	298
TOTAL GERAL.....	5.229

**QUADRO ESTATÍSTICO DO MOVIMENTO FORENSE NO ESTADO
JANEIRO/88 A SETEMBRO/89**

	Sentenças Proferidas	Feitos em andamento
1ª Entrância	1988	6108
	1989	7381
	Total	13489
2ª Entrância	1988	15162
	1989	15842
	Total	31004
3ª Entrância	1988	16403
	1989	16260
	Total	32663
TOTAL GERAL NAS TRÊS ENTRÂNCIAS		284.616

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO TJPE

Ná sua peregrinação pelo mundo, todo ser humano acalenta no coração, dentre seus sonhos dourados, o de atingir a sua Canaã, assentada na montanha longínqua e luminosa, a tocar o firmamento com as suas torres cintilantes e onde os seus olhos deslumbrados visualizem a maravilha dos seus encantos e de suas ilusões.

Da Remota Novo Exu, onde nasci nos idos de 1927, em casa rústica e pequena, erguida nas proximidades do sopé da Serra do Araripe, teve início a minha caminhada, sempre orientada com amor, pela dedicação de meus pais.

Por vocação abracei a magistratura, bela e nobre carreira, que, na correta observação do meu velho e querido mestre Soriano Neto, se constitue numa profissão que, no Brasil, ninguém se iluda, para se exercer dignamente, exige do jurista heroísmo sobre-humano no suportar uma vida de árduos trabalhos, de estudos sérios, de lutas intensas e secretas entre o coração e a consciência, de serenidade imperturbável em face das paixões tempestuosas que o cercam e buscam envolvê-lo, de probidade e de bravura ante os interesses poderosos que o tentam vencer pela corrupção ou ameaça.

A minha infância e a minha adolescência de filho de Juiz foram sempre impregnadas de exemplos de vida de duras e silenciosas renúncias e de sacrifícios supremos.

Após palmilhar longo caminho, vejo-me alçado neste dia à mais alta posição que a carreira que abracei pode oferecer.

Aos sessenta anos, pois, assumo a Chefia do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, meu Estado, numa hora de profundas e ingentes dificuldades porque passa toda a nação brasileira, cumprindo missão que me foi reservada pela mercê de Deus e me foi confiada pela manifestação de vontade, quase unânime, de meus ilustres, insignes e respeitáveis pares.

Sei que a justiça é Inspiração Divina. O juiz pode tudo para o bem de seu povo, embora nada ou quase nada possa para si mesmo e por isso deve lutar para que a sua sentença seja justa, buscando nos livros, no severo estudo, a lição do seu saber, segundo a filosófica e poética observação do preclaro magistrado Eliézer Rosa.

"Não há justiça, onde não haja Deus", conclamou o "maior dos advogados brasileiros e seu Patrono, Rui Barbosa", na sua "Oração aos Moços".

Ninguém se permita alimentar a idéia de que para se chegar à posição que ora assumo se perlustre caminho tacheado de flores.

Não. Assim não tem sido. Sinto, e ainda agora, que se procuram semeiar espinhos pelas estradas por onde hei de passar, que se pretendem armazenar brasas sob o travesseiro que tenho para repousar a cabeça. Esses fatos, contudo, com humildade e com ânimo forte, proclamo, inspirado na ajuda de Deus e de meus guias protetores, anjos de luz, servirão antes como estímulo e como inspiração, para me devotar ainda mais ao bem comum, visando aliviar o sofrimento dos mais humildes, dos que têm fome e sede de justiça, desprezando interesses particulares, pessoais ou mesmo de grupos.

Não pretendo usar esta Casa de Justiça, este Templo do Direito, em que muitos, como oferenda, têm doado tudo o que possuem de mais precioso – as suas próprias vidas – como simples muro de lamentações.

Desejo, antes, que todos que aqui se encontram, realmente o esplendor solene desta sessão nesta hora de sublime inspiração, com as suas destacadas e insignes presenças, se convençam e se disponham a concorrer com o seu apoio, com o seu denodo, para que esta árvore tenra, esquelida e já em acentuado estado de agonia, que é a esperança na justiça, se transmude em portentosa e frondosa árvore; que o cacto espinhoso, que não pode ceder a sua sombra, porque não na tem, ao caminheiro cansado, sedento e já desesperado se transforme em majestosa gameleira; que a justiça passe a ser considerada, respeitada e amada como viva e eloquente esperança do povo e não apenas como instrumento desaparelhado, desestruturado, desatualizado, que serviria melhor e mais adequadamente como peça de museu.

Para alcançar, para ter a percepção exata do pensamento que tem norteado a direção desta casa ao perpassar dos anos, procurei ler durante várias noites indormidas tudo o que se escreveu e que chegou às minhas mãos, desde o opúsculo intitulado "Exame de Consciência do Juiz" da autoria do sempre lembrado, admirado e queridíssimo Des. Thomaz Cirilo Wanderley: divulgado pela Associação dos Magistrados de Pernambuco, em 1961. Daí em diante abeberei, refletidamente, tudo o que escreveram os que já não se acham entre nós e os que estão em nosso convívio visível, para ter a exata visão da construção histórica, política e administrativa do pensamento que imprimiu os destinos desta augusta corte de justiça durante

Ná sua peregrinação pelo mundo, todo ser humano acalenta no coração, dentre seus sonhos dourados, o de atingir a sua Canaã, assentada na montanha longínqua e luminosa, a tocar o firmamento com as suas torres cintilantes e onde os seus olhos deslumbrados visualizem a maravilha dos seus encantos e de suas ilusões.

Da Remota Novo Exu, onde nasci nos idos de 1927, em casa rústica e pequena, erguida nas proximidades do sopé da Serra do Araripe, teve início a minha caminhada, sempre orientada com amor, pela dedicação de meus pais.

Por vocação abracei a magistratura, bela e nobre carreira, que, na correta observação do meu velho e querido mestre Soriano Neto, se constitue numa profissão que, no Brasil, ninguém se iluda, para se exercer dignamente, exige do jurista heroísmo sobre-humano no suportar uma vida de árduos trabalhos, de estudos sérios, de lutas intensas e secretas entre o coração e a consciência, de serenidade imperturbável em face das paixões tempestuosas que o cercam e buscam envolvê-lo, de probidade e de bravura ante os interesses poderosos que o tentam vencer pela corrupção ou ameaça.

A minha infância e a minha adolescência de filho de Juiz foram sempre impregnadas de exemplos de vida de duras e silenciosas renúncias e de sacrifícios supremos.

Após palmilhar longo caminho, vejo-me alçado neste dia à mais alta posição que a carreira que abracei pode oferecer.

Aos sessenta anos, pois, assumo a Chefia do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, meu Estado, numa hora de profundas e ingentes dificuldades porque passa toda a nação brasileira, cumprindo missão que me foi reservada pela mercê de Deus e me foi confiada pela manifestação de vontade, quase unânime, de meus ilustres, insignes e respeitáveis pares.

Sei que a justiça é Inspiração Divina. O juiz pode tudo para o bem de seu povo, embora nada ou quase nada possa para si mesmo e por isso deve lutar para que a sua sentença seja justa, buscando nos livros, no severo estudo, a lição do seu saber, segundo a filosófica e poética observação do preclaro magistrado Eliézer Rosa.

"Não há justiça, onde não haja Deus", conclamou o "maior dos advogados brasileiros e seu Patrono, Rui Barbosa", na sua "Oração aos Moços".

Ninguém se permita alimentar a idéia de que para se chegar à posição que ora assumo se perlustre caminho tacheado de flores.

Não. Assim não tem sido. Sinto, e ainda agora, que se procuram semejar espinhos pelas estradas por onde hei de passar, que se pretendem armazenar brasas sob o travesseiro que tenho para repousar a cabeça. Esses fatos, contudo, com humildade e com ânimo forte, proclamo, inspirado na ajuda de Deus e de meus guias protetores, anjos de luz, servirão antes como estímulo e como inspiração, para me devotar ainda mais ao bem comum, visando aliviar o sofrimento dos mais humildes, dos que têm fome e sede de justiça, desprezando interesses particulares, pessoais ou mesmo de grupos.

Não pretendo usar esta Casa de Justiça, este Templo do Direito, em que muitos, como oferenda, têm doado tudo o que possuem de mais precioso – as suas próprias vidas – como simples muro de lamentações.

Desejo, antes, que todos que aqui se encontram, realmente o esplendor solene desta sessão nesta hora de sublime inspiração, com as suas destacadas e insignes presenças, se convençam e se disponham a concorrer com o seu apoio, com o seu denodo, para que esta árvore tenra, esquelida e já em acentuado estado de agonia, que é a esperança na justiça, se transmude em portentosa e frondosa árvore; que o cacto espinhoso, que não pode ceder a sua sombra, porque não na tem, ao caminheiro cansado, sedento e já desesperado se transforme em majestosa gameleira; que a justiça passe a ser considerada, respeitada e amada como viva e eloquente esperança do povo e não apenas como instrumento desaparelhado, desestruturado, desatualizado, que serviria melhor e mais adequadamente como peça de museu.

Para alcançar, para ter a percepção exata do pensamento que tem norteado a direção desta casa ao perpassar dos anos, procurei ler durante várias noites indormidas tudo o que se escreveu e que chegou às minhas mãos, desde o opúsculo intitulado "Exame de Consciência do Juiz" da autoria do sempre lembrado, admirado e queridíssimo Des. Thomaz Cirilo Wanderley: divulgado pela Associação dos Magistrados de Pernambuco, em 1961. Daí em diante abeberei, refletidamente, tudo o que escreveram os que já não se acham entre nós e os que estão em nosso convívio visível, para ter a exata visão da construção histórica, política e administrativa do pensamento que imprimiu os destinos desta augusta corte de justiça durante

mais de cinco lustros. Tenho, assim, ciência e consciência do que se pensou, do que se procurou fazer e do que realmente se efetuou para melhorar a administração da justiça. De um modo geral se cuidou da manutenção e do aprimoramento da estrutura implantada no passado e que durante longas décadas serviu e atendeu bem ou sofrivelmente aos anseios e às necessidades dos que buscavam a justiça.

Somente a partir da presidência administrativa do Exmº Sr. Des. Gabriel Lucena Cavalcanti é que se iniciou um movimento efetivo, objetivando-se a mudança estrutural necessária, tanto assim que sua excelência, no final de seu mandato encaminhou para apreciação deste Tribunal Anteprojeto de Lei de Oficialização dos Ofícios da Justiça do Cível da Comarca do Recife, acentuando, na ocasião, a necessidade de, numa segunda etapa, ser estendida tal providência a todas as comarcas, pondo-se termo ao anacrônico regime de remuneração através de custas diretamente recebidas das partes pelos titulares dos ofícios de justiça. Foi de iniciativa de sua excelência, ainda, o anteprojeto de lei criando a "Escola Estadual da Magistratura", órgão destinado à formação de aspirantes aos cargos de Juiz e Ministério de cursos de aperfeiçoamento dos nossos magistrados e outros dirigidos à instrução técnico-jurídica dos serventuários da justiça e finalmente a gestão para que se implantasse o sistema de computação de processos judiciais que se deveria iniciar, numa primeira etapa pelo segundo grau, para ao depois, ser alongado ao primeiro grau.

Já o eminentíssimo Desembargador Gabriel Cavalcanti, justiça se lhe faça, revelava, na época, a sua inconformação com a desigualdade de tratamento que se impunha ao Poder Judiciário.

Na administração seguinte, o Exmº Sr. Desembargador Benildes de Souza Ribeiro pôs a serviço do seu acendrado amor ao judiciário todo o vigor, toda a pujança de sua personalidade irrequieta, tenaz e sonhadora, erigindo-se num autêntico paladino da defesa das prerrogativas do judiciário, ultrapassando no fervor de sua abnegada luta as raias das atividades, estreitamente administrativas e jurisdicionais para alcançar e ferir também problemas nimbamente políticos. A observação a esse respeito é do jurista – filósofo, do erudito professor da nossa tradicional Faculdade de Direito do Recife – Lourival Vilanova, quando, ao prefaciar a obra *Sentido de uma luta* – soerguimento do Poder Judiciário, da autoria do próprio Des. Benildes Ribeiro, acentuou:

"Uma tese do Desembargador-Presidente é a de que somente com uma reestruturação do judiciário se obtém dois resultados: um, funcional – a eficiência no desempenho de sua missão de julgar; outro, político – repor o poder no sistema dos órgãos da soberania nacio-

nal. De um lado, o reaparecimento material administrativo (envolvendo sustentação orçamentária e autonomia na movimentação de seus próprios recursos); de outro, o equilíbrio político no intercâmbio dos órgãos do poder. Nessa tomada de posição política, o Desembargador-Presidente coloca-se Ab Extra. Não como membro do poder, no interior dele, compondo-o, com o ofício de julgar, de acordo com o ordenamento jurídico em vigor. Mas, por fora, ou sobre o poder. Nessa postura, faz reflexão ou crítica, ajuizando o valor e o desvalor que um poder judiciário pode apresentar. Ainda que a base de suas observações críticas seja a situação concreta do Judiciário no Brasil; e particularmente no Estado de Pernambuco, alcança o plano da consideração geral do problema. Sua tese importa num juízo-de-valor político. Política é a tese de que um poder deve prevalecer, ou que haja equilíbrio entre os poderes do Estado".

Ponho em relevo esses fatos, não para desmerecer a atividade consciente e grandiosa do eminentíssimo e estimado colega, mas para sublinhar que os elementos por ele postos em destaque e analisados no seu diagnóstico de um poder imolado, somados às observações por mim colhidas através de longos anos de magistratura, me inspiraram, à semelhança do que fez o eminentíssimo Ministro Costa Manso, no Estado de São Paulo, que "possuía envergadura para librar-se nos píncaros, não para contemplar, como filósofo, a maquinaria da realização do direito, mas para ver como ela funciona, e o que é preciso fazer para que ela funcione melhor", a me consagrar, por inteiro, à luta pela restruturação do Poder Judiciário do nosso querido e glorioso Pernambuco. É assim que dando prosseguimento às atividades já iniciadas pelo Des. Benildes de Souza Ribeiro com a elaboração do plano diretor de Informática do Judiciário – e com o convênio firmado para acesso ao Banco de Dados do Prodases consegui a instalação no primeiro grau de jurisdição na Comarca do Recife da informatização referente à distribuição, ao acompanhamento e ao recadastramento de processos. Dei início ao programa de controle das comarcas do interior, hoje já em pleno funcionamento, tudo ligado ao CETEPE, e objetivando o controle dos papéis em circulação interna na Corregedoria Geral da Justiça; dos estoques do almoxarifado, do patrimônio do Fórum do Recife e das cartas precatórias enviadas para serem cumpridas em Pernambuco, adquiri um microcomputador para a Corregedoria Geral encontrando-se, atualmente em implantação esses programas. Procurei dar melhores condições de trabalho aos juízes da capital e para esse fim consegui a recuperação integral do Fórum Paula Batista; instalei sistema moderno de comunicação telefônica, gabinete médico e serviço de copa. Dotei todas as varas da capital de máquinas modernas elétricas ou

mais de cinco lustros. Tenho, assim, ciência e consciência do que se pensou, do que se procurou fazer e do que realmente se efetuou para melhorar a administração da justiça. De um modo geral se cuidou da manutenção e do aprimoramento da estrutura implantada no passado e que durante longas décadas serviu e atendeu bem ou sofrivelmente aos anseios e às necessidades dos que buscavam a justiça.

Somente a partir da presidência administrativa do Exmº Sr. Des. Gabriel Lucena Cavalcanti é que se iniciou um movimento efetivo, objetivando-se a mudança estrutural necessária, tanto assim que sua excelência, no final de seu mandato encaminhou para apreciação deste Tribunal Anteprojeto de Lei de Oficialização dos Ofícios da Justiça do Cível da Comarca do Recife, acentuando, na ocasião, a necessidade de, numa segunda etapa, ser estendida tal providência a todas as comarcas, pondo-se termo ao anacrônico regime de remuneração através de custas diretamente recebidas das partes pelos titulares dos ofícios de justiça. Foi de iniciativa de sua excelência, ainda, o anteprojeto de lei criando a "Escola Estadual da Magistratura", órgão destinado à formação de aspirantes aos cargos de Juiz e Ministério de cursos de aperfeiçoamento dos nossos magistrados e outros dirigidos à instrução técnico-jurídica dos serventuários da justiça e finalmente a gestão para que se implantasse o sistema de computação de processos judiciais que se deveria iniciar, numa primeira etapa pelo segundo grau, para ao depois, ser alongado ao primeiro grau.

Já o eminentíssimo Desembargador Gabriel Cavalcanti, justiça se lhe faça, revelava, na época, a sua inconformação com a desigualdade de tratamento que se impunha ao Poder Judiciário.

Na administração seguinte, o Exmº Sr. Desembargador Benildes de Souza Ribeiro pôs a serviço do seu acendrado amor ao judiciário todo o vigor, toda a pujança de sua personalidade irrequieta, tenaz e sonhadora, erigindo-se num autêntico paladino da defesa das prerrogativas do judiciário, ultrapassando no fervor de sua abnegada luta as raias das atividades, estreitamente administrativas e jurisdicionais para alcançar e ferir também problemas nimbamente políticos. A observação a esse respeito é do jurista – filósofo, do erudito professor da nossa tradicional Faculdade de Direito do Recife – Lourival Vilanova, quando, ao prefaciar a obra *Sentido de uma luta* – soerguimento do Poder Judiciário, da autoria do próprio Des. Benildes Ribeiro, acentuou:

"Uma tese do Desembargador-Presidente é a de que somente com uma reestruturação do judiciário se obtém dois resultados: um, funcional – a eficiência no desempenho de sua missão de julgar; outro, político – repor o poder no sistema dos órgãos da soberania nacio-

nal. De um lado, o reaparecimento material administrativo (envolvendo sustentação orçamentária e autonomia na movimentação de seus próprios recursos); de outro, o equilíbrio político no intercâmbio dos órgãos do poder. Nessa tomada de posição política, o Desembargador-Presidente coloca-se Ab Extra. Não como membro do poder, no interior dele, compondo-o, com o ofício de julgar, de acordo com o ordenamento jurídico em vigor. Mas, por fora, ou sobre o poder. Nessa postura, faz reflexão ou crítica, ajuizando o valor e o desvalor que um poder judiciário pode apresentar. Ainda que a base de suas observações críticas seja a situação concreta do Judiciário no Brasil; e particularmente no Estado de Pernambuco, alcança o plano da consideração geral do problema. Sua tese importa num juízo-de-valor político. Política é a tese de que um poder deve prevalecer, ou que haja equilíbrio entre os poderes do Estado".

Ponho em relevo esses fatos, não para desmerecer a atividade consciente e grandiosa do eminentíssimo e estimado colega, mas para sublinhar que os elementos por ele postos em destaque e analisados no seu diagnóstico de um poder imolado, somados às observações por mim colhidas através de longos anos de magistratura, me inspiraram, à semelhança do que fez o eminentíssimo Ministro Costa Manso, no Estado de São Paulo, que "possuía envergadura para librar-se nos píncaros, não para contemplar, como filósofo, a maquinaria da realização do direito, mas para ver como ela funciona, e o que é preciso fazer para que ela funcione melhor", a me consagrar, por inteiro, à luta pela restruturação do Poder Judiciário do nosso querido e glorioso Pernambuco. É assim que dando prosseguimento às atividades já iniciadas pelo Des. Benildes de Souza Ribeiro com a elaboração do plano diretor de Informática do Judiciário – e com o convênio firmado para acesso ao Banco de Dados do Prodases consegui a instalação no primeiro grau de jurisdição na Comarca do Recife da informatização referente à distribuição, ao acompanhamento e ao recadastramento de processos. Dei inicio ao programa de controle das comarcas do interior, hoje já em pleno funcionamento, tudo ligado ao CETEPE, e objetivando o controle dos papéis em circulação interna na Corregedoria Geral da Justiça; dos estoques do almoxarifado, do patrimônio do Fórum do Recife e das cartas precatórias enviadas para serem cumpridas em Pernambuco, adquiri um microcomputador para a Corregedoria Geral encontrando-se, atualmente em implantação esses programas. Procurei dar melhores condições de trabalho aos juízes da capital e para esse fim consegui a recuperação integral do Fórum Paula Batista; instalei sistema moderno de comunicação telefônica, gabinete médico e serviço de copa. Dotei todas as varas da capital de máquinas modernas elétricas ou

eletrônicas. Enfim, procurei dinamizar a máquina judiciária, dotando-a de recursos que a moderna tecnologia oferece.

Em conjunto com o Des. Benildes Ribeiro consegui a instalação de algumas varas na capital e a nomeação de vários juízes substitutos. Dos 47 juízes que encontramos no Fórum do Recife hoje ele está dotado de 72, o que não representa grande coisa para as necessidades reais, porém um avanço, objetivando a melhoria da prestação jurisdicional. Precisamos de espaço e a construção do novo Fórum do Recife se constitui num grande desafio à administração.

Visando à melhoria qualitativa do pessoal de apoio conseguimos com ingentes trabalhos a concretização da oficialização na sua primeira etapa no Recife, sendo ministrados vários cursos.

No sentido prático, com os recursos que lhe foram deferidos em período de grandes dificuldades administrativas de caráter financeiro, o Exmº Sr. Des. Cláudio Américo de Miranda deu continuidade ao trabalho de modernização, reestruturação e sistematização do nosso sofrido Judiciário. Me recentes especiais destaques a instalação e o funcionamento da Escola Superior da Magistratura, a reclassificação dos funcionários dos quadros da Secretaria deste Tribunal, com a conquista da gratificação de estímulo pela produção de trabalho, as melhorias introduzidas no nosso Palácio, com a recuperação de sua cobertura, mudança de seus elevadores e construção dos gabinetes para os atuais desembargadores e, finalmente, a instalação do sistema automatizado do pessoal.

Registro esses acontecimentos numa exaltação à profícua e honesta administração do eminentíssimo Des. Cláudio Américo de Miranda, a quem substituo, e que de um certo modo me permitirá com mais acerto prosseguir a luta já iniciada na Corregedoria Geral da Justiça.

O caminho que devo seguir, parece-me, já está devidamente delineado. Prosseguirei lutando pela complementação dos programas da informática, sem descurar da melhoria daqueles já iniciados, esforçando-me para que, em futuro próximo, venhamos conseguir um sistema autônomo, libertando-nos das deficiências e dos percalços do sistema oficial utilizado.

Tudo farei com o objetivo de dotar os nossos quadros de pessoal de funcionários em número e qualidade capazes de suportar os reclamos e as pressões daqueles que necessitam da prestação da justiça e, para esse fim, tentarei lutar pela modificação dos instrumentos legais, visando à rapidez e racionalização dos concursos públicos para estimular o empenho daqueles que honestamente dedicam as suas vidas às atividades cartorárias. Estou convencido que pouco ou nada se consegue com ameaças ou com a impo-

sição de penas administrativas. Quero aumentar o número dos que já se sentem inspirados pelo amor ao trabalho, prestando excelentes serviços à justiça. A palavra dura suscita a ira. O amor remove montanhas. Desejo, assim, antes de exigir, dar condições reais e humanas de trabalho e estimular para que o servidor considere o seu labor uma bênção e não um castigo. Não relaxarei, contudo, a disciplina. Devo administrar com punhos firmes, mas com muito amor e compreensão para todos. Não estimularei a desunião, nem a formação de facções ou grupos, por me parecer grandemente prejudicial e concorrer para o descrédito e o enfraquecimento da justiça. Desejo ser um instrumento da paz, do entendimento e do progresso. Procurarei, com a renovação, sistematização e modernização do judiciário, criar um ambiente de trabalho mais humano, em que o beneficiário final seja o povo, em nome de quem o poder deve ser exercido.

Procurarei por todos os meios elevar a respeitabilidade, a honorabilidade e a dignidade da justiça.

Sou contrário à pena de morte, ainda que reconheça a fraqueza, a desatualização dos nossos sistemas penitenciários e o descompasso entre o que se deve fazer e aquilo que se faz por imperativo da própria lei, que briga com os atos, que briga com a realidade social.

Sou contrário à discriminação que se possa fazer à mulher. Tudo envirei pessoalmente para que se admitam nos quadros da Magistratura Pernambucana as nossas respeitáveis, dignas e honradas Bacharelas, que, em outros estados da Federação e em outros setores da vida pública e da vida privada, mesmo aqui em Pernambuco, já têm revelado a sua grande capacidade. Não faço essa proclamação de forma demagógica. Tem sido esta a minha pregação na Cátedra Universitária e na toga, na minha magistratura.

Procurarei preencher todos os claros existentes nas comarcas e varas que se acham sem juízes e instalar as que foram criadas de há muito, realizando os concursos necessários e com a brevidade que for possível.

Sou contrário às férias coletivas, sobretudo, no primeiro grau de jurisdição, pelas dificuldades que têm criado a uma boa prestação jurisdicional, reduzindo o resultado final do trabalho dos juízes. Lutarei para que elas sejam abolidas.

Proporei, se e quando necessário, a ampliação dos quadros de juízes, nos vários graus de jurisdição do Estado, para que se consiga uma mais rápida e eficiente prestação jurisdicional.

Estou convencido que o empecilho maior das nossas atividades resulta antes de uma estrutura deficiente e retrógrada do que dos instrumentos legais de natureza processual.

Não desejo que os nossos juízes sejam tratados como verdadeiros animais de carga ou escravos durante o período colonial pelos maus senhores, mas como pessoas dignas, respeitáveis e humanas.

Não subscrevo as afirmativas do eminent Piero Calamandrei, postas à estampa na obra "Eles os Juízes, Vistos por nós, os Advogados", de que:

"No Juiz, a inteligência não conta" ou ainda de que:

"O papel do advogado requer mais talento e mais energia do que o do Juiz", ou finalmente de que:

"O Juiz não tem o dever de compreender".

O ato mais importante do Juiz é a sentença que, ao contrário do que geralmente se proclama nas cátedras universitárias e nos livros de direito processual civil, não se resume tão apenas a um simples ato de vontade e de inteligência, mas também que revela a expressão da humanidade do próprio Juiz, o seu sentimento, a sua formação, o seu coração.

Cuido, como visualizou o Juiz, poeta e filósofo Eliézer Rosa que:

"O Juiz do futuro terá que ser juiz religioso, qualquer que seja seu credo; Juiz Filósofo, quaisquer que sejam as correntes de opinião que adote; Juiz culto, aonde quer que vá buscar as excelências do seu saber; Juiz que se extasie diante de uma flor e se comova diante de uma criança; Juiz que se apiede vendo as lágrimas de um pai ou duma desesperada mãe; Juiz que traga em si e consigo aquele tesouro de humildade diante das imposturas da vida, suas ironias e suas perversidades, lembrando sempre da velha sentença – homem sou e nada do que é humano reputo alheio a mim; Juiz que se sublime, se comova, lendo um poema ou ouvindo a voz da natureza nos cantos dos pássaros, e na ternura de um canto de ninar; Juiz-Pai e Pai-Juiz, fazendo de cada desgraçado, que dele espera justiça, um filho das tenebrosas núpcias do vício com a maldade; Juiz que saiba ver a pureza original do homem, embora enegrecido pela lama do mal, envilecido pelo crime mais hediondo; Juiz que tenha na alma a divina centelha da caridade, entendida como amor ao próximo; Juiz que repita a promessa do Cristo: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos"; Juiz como aquele que a ingratidão da história não lhe guardou o nome, que disse: "não se retarda de um minuto a alegria de um que chora"; Juiz que seja um justo com misericórdia. Justiça e bondade deverão andar manas e mistas, de mãos dadas; justiça didática que ensine ao homem extraviado o caminho certo e reto duma vida justa, fértil e harmoniosa. Um pouco menor que os anjos foi feito o ho-

mem, diz a Bíblia. A vida é que corrompe, o torna um demônio e lobo do outro homem".

Aos nossos juízes, fazendo minhas as palavras do ínclito Eliézer Rosa, digo:

"Siga seu caminho de espinhos e pedras, meu companheiro do futuro e saiba que não é proibido chover no deserto, onde nasce a vermelha flor do cardo, nem é também proibido semejar flores no caminho dos homens. Erga sua mão e semeie o bem: amanhã ele nascerá".

Pretendo manter a mais estreita e perfeita cordialidade com as eminentes autoridades constituídas civis, militares e religiosas e sobretudo com as que integram os poderes Executivo e Legislativo, sem a quebra do respeito e da autonomia que devem existir. Não tenho qualquer aresta que me impeça o sadio diálogo, sobretudo, com o objetivo de alcançar o bem comum. Não postularei vantagens pessoais usando para esse fim o prestígio do meu cargo e da minha função.

Não posso prescindir da compreensão e do apoio dos meus eminentes pares, da nobre magistratura do primeiro grau de jurisdição; dos que integram a classe dos Serventários e Servidores da Justiça, dos Advogados e dos membros do Ministério público e de todas as forças vivas de que se compõe a sociedade produtiva do nosso Estado. Sozinho nada poderei fazer.

Pretendo dirigir os destinos do nosso poder judiciário em conjunto harmonioso com os meus diletos colegas e amigos que compõem a mesa diretora deste Egrégio Tribunal de Justiça, os Exmos. Srs. Desembargadores João de Souza Filho e Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, respectivamente Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça.

Duas palavras finais de consagração e de agradecimentos.

Deponho no altar erigido ao direito e à justiça tudo o que existe em mim de mais puro, de mais sincero e de mais justo. Agradeço a Deus tudo o que sou e que de bom e de bem tenho feito.

Consagro todas as vitórias alcançadas na minha longa e cansativa carreira, que hoje atinge a sua culminância, à memória sacrossanta de meus pais: Angelo Jordão de Vasconcelos Filho e Angelina Cerquinho Jordão; aos meus filhos, irmãos e familiares; aos meus maiores benfeiteiros, prestando-lhe sentida e profunda homenagem com a declinação dos seus nomes:

"José Alfredo de Menezes, Arnaldo Porto Poggi, José Munguba Sobrinho, J. J. de Almeida, Edmundo Jordão de Vasconcelos, Oswaldo da Costa Lima, Otávio Corrêa de Araújo, Antíogenes de Castro Chaves, Luiz Rodolfo de Araújo, Oswaldo Cordeiro de Farias, Cid Feijó Sampaio e Paulo Pessoa Guerra".

Não posso esquecer neste momento de importância ímpar da minha vida, o estímulo, o incentivo que recebi durante a minha trajetória terrena dos amigos que fiz no Colégio Americano Batista, dos meus estimadíssimos colegas de turma concluinte da Faculdade de Direito do Recife de 1951, representada nesta ocasião por vários de seus ilustres e nobres integrantes, dos meus amigos e ex-colegas da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, da Igreja Batista da Capunga, do núcleo Auta de Souza, de vários dos advogados que atuaram perante os meus juízos, dos promotores de justiça, dos serventuários e servidores da justiça, dos funcionários que integram os quadros da Corregedoria Geral da Justiça, do Conselho

Ilo de Justiça e da Secretaria deste Egrégio Tribunal.

Faço especial registro ao estímulo, carinho e amor com que sempre fui distinguido pelos meus ex-alunos, muitos meus afilhados, pelos meus colegas de magistério e corpo administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. A todos a mais lídima exteriorização do meu afeto, do meu apreço e do meu reconhecimento.

Agradeço, por derradeiro, as palavras bondosas de estímulo dos oradores que me saudaram mais com o coração do que com o cérebro.

A todos os que nos honraram com as suas ilustres presenças, o nosso reconhecido muito obrigado, e que Deus os abençoe.

Desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos

Em 02 de fevereiro de 1988



L04659 RB5088

Ex. 02

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA MENCIONADA

INSTITUIÇÃO	DATA
TJPE	09.02.04
N.º DE CHAMADA	341.4197 (PE) PUSER



L04659 RB5088

EX. 02

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA MENCIONADA

DOAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	DATA
TJPE	09.02.04
N.º DE CHAMADA	
3414197 (PE) PUSER	

Pernambuco. Tribunal de Justiça
AUTOR
Relatório Biênio 1988-1989
TÍTULO
341.4197(PE) P452r 1989 ex.2

Devolver em _____
NOME DO LEITOR 57-04

Prove que sabe honrar os seus
compromissos devolvendo com
pontualidade este livro à Biblioteca.

Pernambuco. Tribunal de Justiça

Relatório Biênio 1988-1989

341.4197(PE) P452r 1989 57-04 ex.2

Editor: Jornalista Helena Maria Ribeiro Fernandes

Revisão: Juiz de Direito Mário Alves de Souza Melo

Fotos: Josué Barbosa e João Carlos Lacerda

Composição e Impressão: Gráfica Editora Apipucos S.A.

Patrocínio:

Bancorte
Um amigo na praça



